

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**MULHERES DE FIBRA:
UM ESTUDO SOBRE DAS PERCEPÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO
E TRABALHO DAS TRABALHADORAS RURAIS DA JUTA E MALVA DA
COMUNIDADE ILHA DO VALHA-ME DEUS – JURUTI/PA.**

Bolsista: Mayara Viana de Lima, FAPEAM

**PARINTINS
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATORIO FINAL
PIB-SA/0020/2012
MULHERES DE FIBRA:
UM ESTUDO SOBRE DAS PERCEPÇÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO
E TRABALHO DAS TRABALHADORAS RURAIS DA JUTA E MALVA DA
COMUNIDADE ILHA DO VALHA-ME DEUS – JURUTI/PA.**

**Bolsista: Mayara Viana de Lima, FAPEAM
Orientadora: Prof^ª Msc. Sandra Helena da Silva**

**PARINTINS
2013**

RESUMO: O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada no período de agosto 2012 a junho de 2013, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa. Este trabalho teve por objetivo desvelar sobre as percepções que as mulheres trabalhadoras de juta e malva possuem sobre as relações de gênero e trabalho na Comunidade Ilha do Valha-me Deus – Juruti/PA. Para tanto foi necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o processo histórico da produção das fibras no contexto brasileiro e particularmente na região amazônica; estudos sobre o Gênero, Ser Mulher, Divisão Sexual do Trabalho. Como abordagem metodológica foi utilizado o método qualitativo, realizamos entrevistas com roteiro de perguntas relativas ao perfil, escolaridade, composição familiar, renda, atividades produtivas, cultivos, programas sociais, divisão do trabalho, estado saúde/doença, participação no processo produtivo das fibras referente às mulheres pesquisadas. Foram entrevistadas cinco (05) trabalhadoras rurais, o agente de desenvolvimento rural e o intermediário comprador das fibras produzidas no local da pesquisa. Os dados foram analisados com base no referencial teórico apreendido por meio da pesquisa bibliográfica. Identificamos e perfilamos as condições socioeconômicas e culturais das mulheres pesquisadas, apontamos as relações de trabalho destas no contexto do processo produtivo da juta e malva e observamos a ocorrência de uma divisão sexual do trabalho no âmbito familiar que se estende à produção das fibras na medida em que se tem a dualidade entre atividades consideradas “leves” atribuídas às mulheres e “pesadas” destinadas aos homens. Percebemos o papel relevante que as mulheres de fibra possuem no processo produtivo destas fibras no âmbito da agricultura familiar. O trabalho destas não se resume em ajuda, mas sim em contribuição econômica fundamental na produção rural, assim, dar viabilidade ao trabalho da mulher é urgente, não somente na agricultura familiar, mas em todos os setores sociais e econômicos.

Palavras-Chaves: relações de trabalho, gênero, malva

ABSTRACT: This report presents the results of research conducted in the period August 2012 to June 2013, funded by the Foundation of Research (FAPEAM). This work aimed to reveal about the perceptions that women workers of jute and malva have on gender relations and work in the Island Community Goodness me - Juruti / PA. Therefore it was necessary to perform a literature search on the historical process of fiber production in the Brazilian context, and particularly in the Amazonian region; studies on Gender, Womanhood, Sexual Division of Labor. Methodological approach was used qualitative method, we conducted interviews with a script of questions regarding the profile, education, family composition, income, productive activities, cultures, social programs, division of labor, state health / illness, participation in the production process of fiber related women surveyed. We interviewed five (05) rural workers, rural development agent and the buyer of the intermediate fibers produced in the research site. Data were analyzed based on the theoretical apprehended through literature. Identified and profiled the socioeconomic and cultural conditions of women surveyed, the aim of these working relationships in the context of the production process and jute mallow and observe the occurrence of a sexual division of labor within the family that extends to the production of the fibers asone has the duality between activities considered "light" attributed to women and "heavy" aimed at men. We realize the important role that women have fiber in the production process of these fibers within the family farm. The work is not limited to such help, but in fundamental economic contribution in rural production. Give viability to women's work is urgent, not only in family farming, but in all social and economic sectors.

Key Words: labor relations , gender, mauve

LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia S/A
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CIA	Companhia Industrial Amazonense
CTC	Companhia Têxtil Castanhal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IFIBRAM	Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Área da comunidade (casa pastoral e igreja, posto de saúde, escola, telecentro)	49
Figura 02	Malva: período da seca e cheia	58
Figura 03	Ciclos de cheia e seca do rio na comunidade	69
Figura 04	Mulheres de fibra – trabalho na malva (capina da plantação e desfibrilamento)	62
Figura 05	Varais de secagem das fibras localizados em frente às casas	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRODUÇÃO DAS FIBRAS DE JUTA E MALVA	10
1.1 Histórico das fibras	10
1.2 Apogeu e declínio da produção das fibras.....	14
1.3 Processo de produção das fibras	17
1.4 As relações de produção e comercialização das fibras.....	22
1.5 As fibras hoje.....	25
GÊNERO E TRABALHO DAS MULHERES RURAIS	29
2.1 Discussão a respeito do conceito de gênero	29
2.2 Trabalho e Ser mulher	33
2.3 Trabalho, Gênero e Mulheres Rurais.....	38
DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	46
3.1 O Método e o Tipo de Pesquisa.....	46
3.2 Descrição do Campo e os Informantes	46
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados e Pesquisa de Campo	47
3.4 Análise dos Dados	48
PERCEPÇÕES DAS TRABALHADORAS RURAIS DA MALVA SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO	49
4.1 Trabalhadoras da malva: condições socioeconômicas	54
4.2 Processo produtivo da malva: divisão sexual e relações de trabalho	60
4.3 Percepções sobre Ser Mulher, Gênero, Trabalho e Família	65
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	73
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	78

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a produção da juta e malva implica, necessariamente, destacar a problemática das relações de gênero e trabalho. As relações de gênero referem-se à participação das mulheres nos processos produtivos da juta/malva, no espaço da agricultura familiar, e a falta de reconhecimento do trabalho destas mulheres nestes ambientes. Quanto às relações de trabalho, este segue a lógica do capitalismo, num processo de exploração e apropriação de mais-valia, onde o dinheiro, o ter, passa a permear as relações sociais e de trabalho. É também através do trabalho que o homem reproduz as relações sociais e incorpora os valores, funções, hierarquia e formas de sociabilidade.

Para entendermos o trabalho da mulher no contexto da agricultura familiar, em especial, no processo produtivo da juta/malva, faz-se necessário compreender a discussão referente à relação de gênero. É pelos estudos e discussões sobre gênero, que entendemos a divisão sexual do trabalho, os papéis destinados socialmente ao homem e a mulher, tanto no âmbito da família, como da sociedade, tanto nos espaços urbanos, como rurais e nas mais diversas regiões brasileiras.

O processo produtivo da juta/malva ainda segue modelos e técnicas rudimentares, havendo pouca ou nenhuma introdução de tecnologias e modificações nos processos produtivos. Neste cultivo, também é grande a presença da mulher, em todas as etapas do processo. Contudo ainda é reduzido o número de pesquisas no sentido de identificar quantas e onde estão estas mulheres inseridas nos processos produtivos rurais na Região, em especial no Baixo Amazonas. De acordo com Castro *et al.* (2008) o trabalho produzido pelas mulheres na agricultura familiar é subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, sendo significativo nestes estudos o trabalho da mulher no espaço doméstico. O estudos de Sousa *et al.* (2008) indicam que as mulheres labutam na agricultura familiar durante todo ano, de segunda a domingo, e participa de todas as atividades direta e indiretamente associadas à agricultura: comercialização da produção, cuidado com animais e trabalho agrícola.

Faz-se necessário ter um novo olhar para as trabalhadoras rurais, em especial aquelas que trabalham com a juta/malva, que arriscam suas vidas durante anos no processo produtivo e obtêm um baixo rendimento e reconhecimento. É preciso pesquisar quais são suas histórias,

seus objetivos, seus sonhos e anseios, os direitos que constroem coletivamente e procuram tornar realidade.

Na perspectiva de pesquisar qual o olhar e as percepções que as mulheres trabalhadoras da juta e malva têm de si mesmas, das relações de gênero e de trabalho e de seu papel na família na comunidade, a pesquisa possui como **objetivo geral** desvelar sobre as percepções que as mulheres trabalhadoras de juta e malva possuem sobre as relações de gênero e trabalho na Ilha do Valha-me Deus – Juruti/PA. E como **específicos** identificar as trabalhadoras rurais da juta e da malva e perfilar suas condições socioeconômicas, étnico-raciais e culturais; apontar as relações de trabalho no contexto do processo produtivo da juta e malva, a divisão sexual do trabalho; além de verificar as percepções das mulheres, referentes ao ser mulher, as relações de gênero, trabalho e família.

Partimos da hipótese de que a mulher no âmbito da agricultura familiar está sob o jugo e a dominação masculina e isto é um reflexo do processo de colonização da região amazônica. É preciso ressignificar o trabalho da mulher, dando a ela o reconhecimento e a valorização que lhe cabe. O trabalho desta não é ajuda, mas sim uma contribuição econômica fundamental na produção rural. Dar viabilidade ao trabalho da mulher é urgente, não somente na agricultura familiar, mas em todos os setores sociais e econômicos, em atividades socioculturais e na sustentabilidade ambiental da Amazônia.

A apresentação desta pesquisa se consolida neste relatório final que contém três capítulos, e uma conclusão. O primeiro capítulo refere-se a Produção das Fibras de Juta e Malva, destaca o histórico da produção e comercialização das fibras no Brasil e, em especial, na região amazônica. O segundo capítulo discorre acerca das questões teóricas referentes à Gênero e Trabalho das Mulheres Rurais. O terceiro capítulo trata da descrição metodológica, destacando o local da pesquisa, a amostra, instrumentos e técnicas de pesquisa, e a análise dos resultados. O quarto capítulo trata da discussão quanto as Percepções das Trabalhadoras Rurais da Malva sobre as Relações de Gênero e Trabalho. Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, através da descrição e análise das falas das entrevistadas, com base em todo o referencial teórico apreendido na pesquisa bibliográfica.

CAPÍTULO I

PRODUÇÃO DAS FIBRAS DE JUTA E MALVA

1.1 Histórico das fibras

Neste capítulo realizaremos uma discussão sobre a produção das fibras de juta e malva na região de Parintins e sua propagação pela região amazônica, o que inclui a comunidade foco deste estudo, Ilha do Valha-me Deus – Juruti/PA. Com esse intuito, entendemos que é necessário, primeiramente, fazer uma apresentação do histórico da produção dessas fibras no Brasil e ao longo deste trabalho outras questões relevantes acerca das fibras serão discutidas. Inicialmente apresentaremos a fibra da juta e posteriormente a malva.

A juta não era uma planta cultivada no país, ela é introduzida a partir da imigração dos japoneses para a região amazônica cujo anseio era o desenvolvimento do cultivo da juta à semelhança da Índia, seu país de origem, maior produtor mundial da fibra, e também de seu maior exportador, Bangladesh. É preciso destacar que países do oriente como, Bangladesh, Índia e Paquistão possuem longa tradição no cultivo de juta.

Acerca da imigração japonesa, esta ocorreu a partir da mútua vontade por parte dos governos e empresários do Brasil e Japão em vista de atingir dois objetivos: a realização da expansão capitalista e a garantia da tranquilidade doméstica. Tais objetivos se manifestaram em um programa coerente de migração em virtude da expansão do comércio internacional e garantia da ordem nacional. Mas antes da imigração japonesa acontecer de forma oficial, Homma (2010) destaca que já havia japoneses na Amazônia. Assim, o autor enfatiza a existência de uma proto-história da imigração japonesa nessa região. Segundo ele, na América Latina, foi com o Peru o país que o Japão realizou o primeiro tratado de comércio e navegação, no ano de 1873. “Os japoneses entraram no Peru como imigrantes livres ou a convite de parentes para trabalhar nas fazendas da costa peruana, estabelecendo pequenos comércios, barbearias, pousadas ou tabernas.” (INMIGRACION JAPONESA AL PERU *apud* HOMMA, 2010, p. 42). A responsável pelo transporte de imigrantes era a Companhia de

Imigração Marioka, esta obrigava o trabalho por meio de pesadas jornadas diárias como forma de ressarcimento das despesas da viagem e regresso ao Japão.

O México foi o segundo país com o qual foi firmado um tratado, em 1888. O Brasil foi o terceiro país, em 1895. Supõe-se que muitos japoneses penetraram em território brasileiro vindos do Peru, em 1906. “[...] Alguns cultivadores de juta no médio Solimões (Manacapuru e às margens do rio Madeira) foram japoneses descidos do Peru, os quais eram chamados *Amazon kudari* ou *Peru kudar*.” (HOMMA, 2010, p.46). O que impulsionava os imigrantes japoneses no Peru a se deslocarem para a Amazônia brasileira expressava-se em três motivos no contexto temporal: o imaginário dos lucros no trabalho de extração da borracha, o início das obras de construção da Estrada de Ferro “Madeira-Mamoré” e a crise da economia da borracha. Há informações de que já existiam japoneses na cidade de Manaus em 1903, sendo mais provável, em 1909, quando desceram pelo rio Madeira. Nesse sentido, há a necessidade de realização de pesquisas em jornais antigos de Manaus e Belém para se comprovar a presença de japoneses na região já no final do século XIX. Trata-se de uma questão que precisa ser resgatada por meio da pesquisa na imprensa dessa região acerca desses pioneiros (HOMMA, 2010).

Falando a respeito da juta, Medina *apud* Noda (2010, p.69) destaca que “as fibras de juta eram obtidas das hastes das plantas da família botânica das *Tiliaceae*, do gênero *Corchorus* e da espécie *capsulares L.*” É importante enfatizar que é do oriente que vem às primeiras sementes de juta para o Brasil, a partir da década de 1920. Isso ocorre devido às repercussões negativas que a Primeira Guerra Mundial acarretou para o comércio da juta, uma vez que as exportações de fibras do oriente para os centros consumidores da Europa e América foram bloqueadas. Com esse bloqueio a indústria têxtil nacional teve que ser incrementada, desenvolvendo um plano de substituição forçada e rápida de importações. “[...] A ideia de produzir juta para suprir esse importante setor da indústria têxtil teve um importante papel nas iniciativas de obtenção dessa matéria prima no próprio país.” (PINTO, 2010, p. 171).

Homma (2010) destaca que a introdução da juta no Brasil está relacionada com o processo de imigração oficial dos japoneses no país, mais, especificamente, na Amazônia em virtude do trabalho na extração da borracha, em 1929. No Amazonas, em 1930, tem-se a data oficial da imigração japonesa no estado com a implantação dos imigrantes no município de Parintins. De acordo com o autor, no início da década de 30 do século XX, tiveram início as primeiras experiências com o plantio da juta na Vila Amazônia, comunidade ribeirinha do Município de Parintins. Em 11 de fevereiro de 1936 foi criada a Companhia Industrial

Amazonense S.A. que exerceu alto grau de domínio comercial sobre a produção e comercialização da juta. Por volta de 1941, a Companhia S.A. era a maior financiadora, compradora e exportadora de juta. Foram os colonos japoneses ligados à Companhia Industrial que realizaram as primeiras experiências de plantio de juta na região, as sementes eram procedentes de São Paulo e do Japão. Foram diversas experiências para adaptação desta fibra na várzea da Vila Amazônia, pelos colonos japoneses. Tsukasa Uyetsuka (1890-1978) foi o idealizador da imigração japonesa em Parintins e pretendia desenvolver o plantio da juta à semelhança do seu cultivo na Índia, às margens do rio Ganges e afluentes. De acordo com Pinto (2010):

[...] A observação de que as condições geográficas das várzeas amazônicas eram semelhantes as das zonas de produção na Índia foi o fator principal que estimulou o prosseguimento das experiências de adaptação daquela planta a essas terras [...] (p.172).

O desenvolvimento da lavoura de juta na várzea da Vila Amazônia foi ideia de Ryota Oyama (1882-1972), fato este que o fez conhecido como “Pai da Juta”. Witkoski (2010, p. 417) também destaca que “[...] é a partir do êxito da aclimação da juta realizada por Oyama que é inaugurada uma nova era na agricultura amazônica [...]”. O colono Ryota Oyama através de suas experiências consegue desenvolver uma variedade de juta adaptada às características da região. Foram os cuidados e a persistência dele que contribuíram para o sucesso do cultivo e produção da juta nas várzeas amazônicas.

Noda (2010) reforça a ideia acerca da introdução da juta no país, segundo a autora a formação e consolidação da produção de juta e malva na região Amazônica se deram com a aclimação e introdução de cultivares de juta por colonos japoneses em Vila Amazônia, no município de Parintins.

[...] A constituição desse setor de produção ocorre tanto pela existência de terras férteis disponíveis nas várzeas, quanto pela mobilidade espacial de contingentes de força de trabalho dos seringais e do Japão e pela gradual reestruturação dos mecanismos que possibilitavam a comercialização dos excedentes produzidos. (NODA, 2010, p. 81).

Das terras de Vila Amazônia a juta foi se espalhando pela região amazônica. Na comunidade Ilha do Valha-me Deus, local de nossa pesquisa, nos foi relatado como se deu o início da produção das fibras, segundo entrevistas, o histórico das fibras começa com a

introdução da juta por comunitários que chegaram a trabalhar para os japoneses, “o plantio de juta e malva aqui tá pra mais de 50 anos que os japoneses trouxeram pra Vila Amazônia, da Vila Amazônia, veio, chegou até agente.” (ENTREVISTADO 6). Outra fala complementa dizendo que:

Quando começou esta juta foi a japonesada que trouxeram ali pro Macaianí [Comunidade próxima], aí eles trouxeram e o papai foi lá e comprou, aí eles começaram a espalhar esta juta aqui nesta rodiação, aí começou a trabalhar com eles, eles eram os patrão dele, era juta mesmo, malva não tinha naquela época, malva não se falava nela [...] (ENTREVISTADA 4)

Pinto (2010) contribui a respeito da introdução da juta nos solos amazônicos, segundo ele, ocorria a combinação de dois fatores para a constituição desse setor produtivo: “[...] a existência de terras livres disponíveis, caracterizada pela alta fertilidade e a disponibilidade considerável de força de trabalho liberada pelo monoextrativismo da borracha [...]” (PINTO, 2010, p. 155). Dessa forma, com o fim do denominado ciclo da borracha na região amazônica, a mão de obra até então utilizada no trabalho nos seringais ficou liberada para o desenvolvimento da agricultura, principalmente das fibras, sendo esta atividade possuidora de características favoráveis à sua realização, particularmente, pela disponibilidade e fertilidade dos solos de várzea na região.

Com relação à malva, esta é uma planta típica do país, mas ela não possuía valor econômico, era tida como um mato qualquer e até mesmo como praga nas roças na Amazônia, devido a mesma se adaptar a solos de pouca fertilidade. De acordo com Homma (2010), é em 1971, devido à falta de sementes de juta, que se deu início à produção de malva nas várzeas do estado do Amazonas por iniciativa da Brasiljuta S.A. Fiação e Tecelagem de Juta, fundada em 1951 por Mário Expedito Neves Guerreiro (1921), que operou até 1990. Medina *apud* Noda (2010) destaca que “[...] As fibras de malva eram plantas da família botânica das *Malvaceae*, do gênero *Pavonia* e da espécie *Urena lobata L.*, espécie nativa da América tropical, ocorrendo em estado silvestre desde o Pará até Minas Gerais [...]” (p.79).

Segundo Ferreira (2009), alguns autores, como Revilla (2002) afirmam que a malva cultivada no Brasil é originária da Amazônia. Ele afirma também que, para Homma (1998), o surgimento da mesma dá-se, especificamente do nordeste do Estado do Pará em áreas de colonização antiga conhecidas atualmente como “Zona Bragantina” e “Zona do Salgado”, próximas à cidade de Belém. É relevante enfatizar que a malva foi utilizada primeiramente de forma extrativa, devido à abundância de plantas nativas nas regiões supracitadas. Ainda segundo o autor, a introdução da malva, constitui-se na maior inovação tecnológica na produção de fibras.

O autor também destaca que as primeiras sementes de malva foram produzidas no município de Capitão Poço, nordeste do Estado do Pará, a partir de 1971 (HOMMA *apud* Ferreira, 2009). Segundo Pinto *apud* Ferreira (2009, p. 145) “até 1970 somente o Estado do Pará era produtor de malva. No ano de 1935 sua produção, ainda de forma extrativa, foi de 270 toneladas. Já em 1972 sua produção atingiu a marca de 43 mil toneladas”. Sua introdução nas várzeas altas do Amazonas data de 1971, com uma produção de 1750 toneladas. Em 1983, a produção de fibra de malva já era três vezes superior a da fibra juta no Amazonas. A produção tem seu maior pico em 1988, com 30.346 toneladas, demonstrando o potencial adaptativo dessas plantas às várzeas amazonenses e, também, a aceitação por parte dos produtores locais. Assim, notamos a relevância da malva para a agricultura amazônica de maneira geral, em particular, para o Estado do Amazonas.

1.2 Apogeu e declínio da produção das fibras

No que diz respeito ao apogeu da produção das fibras no Amazonas podemos dizer que este se dá num período que vai do início da década de 1950 até o final da década de 1970, décadas estas que tiveram maiores picos de produção. Um fator que contribuiu expressivamente para a consolidação da produção das fibras na região amazônica foi a eclosão dos conflitos a partir da Segunda Guerra Mundial, que provocou a desorganização do processo de produção de fibras têxteis no oriente, isso ajudou a dinamizar os plantios na Amazônia. Noda (2010, p. 93) colabora:

Com a declaração da Segunda Guerra Mundial, são fornecidas novas condições para o aumento da produção da juta no Amazonas. As condições mais favoráveis de mercado são dadas de um lado, pela dificuldade de se importar a matéria-prima da Índia e de outro pela entrada do Japão no conflito [...].

O contexto da Segunda Guerra Mundial afetou, significativamente, o mercado mundial das fibras, principalmente da juta, uma vez que o bloqueio por ele imposto fez com que houvesse uma redução do volume da produção de grandes exportadores da matéria-prima. Com o bloqueio de suas exportações a Índia, o maior produtor da fibra, sofre um enorme impacto. O desenvolvimento da agroindústria da juta no Brasil vai ter consequências importantes a partir da participação do Japão na Segunda Guerra Mundial, sendo as mais imediatas “[...] a paralisação dos projetos agroindústrias japoneses em todo o país e, no caso

da Amazônia, o encerramento das atividades e confisco dos bens da Companhia Industrial S/A [...]” (PINTO, 2010, p.177). Pinto (2010) destaca ainda que:

[...] No Brasil, os reflexos da situação imposta pela guerra se fazem sentir como uma necessidade de estímulo ao aumento da produção agrícola. Com o bloqueio, as indústrias não podem atender a sua demanda de matéria-prima, a não ser com a juta nacional. (p. 176).

Após a Segunda Guerra Mundial o território do maior produtor de fibras vegetais, a Índia, foi dividido o que fez com que surgisse certo receio por parte dos empresários locais quanto à expansão da produção nacional. Com esta situação o Brasil conseguiu atingir a autossuficiência na produção de fibras, em 1952. O final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1970 representaram um marco histórico para a produção de fibras na Amazônia de maneira geral, e no Amazonas de modo particular, chegando próximo de trazer para a região a hegemonia mundial dessa atividade. As fibras vegetais nesse período eram o principal produto da economia amazonense. De acordo com Noda (2010), a conjuntura da Segunda Guerra foi excepcionalmente favorável à produção regional, os preços da juta ficaram extremamente compensatórios no período e, assim, houve um crescimento significativo das áreas plantadas e abertura de novas áreas de cultivo na várzea, além de que com a entrada do Japão no conflito, foi desarticulada a Companhia Industrial Amazonense S.A. em nível regional.

Todavia, ocorre o declínio das atividades de produção das fibras na região, só que este processo não se deu de forma rápida e não teve uma única natureza. Segundo Homma *apud* Witkoski (2010, p.413) “o declínio da produção de fibras de juta e malva na Amazônia, como sistema agrícola, está condicionado a diversos fatores de natureza endógena e exógena a essa atividade”. Com relação aos acontecimentos de natureza exógena, podemos destacar a decisão política dos principais países produtores da fibra, objetivando uma busca incessante para se atingir a autossuficiência nessa atividade. Na Índia, em 1961/62 o Governo lança um plano quinquenal que buscava a autossuficiência desse país na produção de fibras de juta, esta produção teve um aumento considerável, nos anos seguintes. Isso se deve ao fato de no país se adotarem técnicas intensivas de cultivo, uso de sementes melhoradas geneticamente, método de plantio em fileiras, aplicação meticulosa de adubos e fertilizantes, enfim, por medidas concretas de proteção das plantas.

Outro fator exógeno que podemos destacar diz respeito à queda na produção de sacos, produto principal da indústria de aniagem no Amazonas, isso ocorreu devido ao fim do conflito no Vietnã, que tirou um substancial mercado de compra desses sacos pelas forças

armadas dos Estados Unidos visto que usavam estas embalagens para enchê-las de terra, com propósito de proteção das trincheiras. Um fator de natureza exógena importante diz respeito ao próprio comportamento do setor industrial e do beneficiamento das fibras, o mesmo tendia a apropriar o máximo de excedente do produtor. Desde a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando foi suprimido o caráter monopsonio e monopólio do mercado de fibras da Companhia Industrial Amazonense (CIA), pertencente aos japoneses, os capitalistas brasileiros passaram a ter a preocupação de pagar apenas o menor preço possível para as fibras, tornando-se, por extensão, em operários das fábricas de aniagem no campo. Ainda em relação aos fatores exógenos, podemos enfatizar as transformações tecnológicas ocorridas em âmbito mundial a partir a década de 1960/70. Em 1976, ocorre o aumento da produção agrícola – trigo, milho e soja – que se utiliza de armazenamento e transporte a granel; no mesmo período, acontece o inverso com o café e o açúcar demerara. Enquanto isso, ocorre a expansão das industriais de sacos de papel e, sobretudo, de polipropileno, imprimindo ao setor têxtil uma concorrência desleal.

Na Amazônia, o declínio da cultura das fibras de juta/malva de maneira geral, se deve também, por ocorrência de decisões da Comunidade Europeia que era a principal compradora de produtos agrícolas brasileiros (feijão, café, açúcar e arroz) embalados em sacas feitas dessas fibras. Por volta de 1960, a partir de estudos realizados nesses países, houve a decisão de substituir as sacas de fibras por sacas de polipropileno tendo a alegação para tal decisão ordens de questões fitossanitárias. Outro fator que contribuiu para a quase extinção dessa atividade na região foi a prática do transporte dos produtos agrícolas em navios graneleiros, a partir disso, empresas como a Brasiljuta, que empregava cerca de dois mil funcionários, tiveram que reduzir drasticamente suas atividades.

Já com relação aos fatores endógenos, podemos destacar que no ano de 1972 ocorre uma grande enchente na região amazônica fato que traz significativas perdas para a agricultura, especialmente para o cultivo das fibras. O cenário favorável dessa modalidade agrícola começa a ser modificado. O futuro será de incertezas e perdas. Outros fatores internos, também contribuíram significativamente para a diminuição da atividade têxtil no Amazonas. Segundo Homma *apud* Witkoski (2010, p. 415):

As políticas regionais, como a criação dos incentivos fiscais durante o governo de Castelo Branco, levou a transformação da SPEVEA em Sudam; do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S/A (BASA); e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Essas mudanças tiveram consequências diretas e indiretas que afetaram a economia da juta e da malva na Amazônia [...] A criação da Zona Franca de Manaus, ao atrair contingentes rurais

sem direção à cidade de Manaus, provocou grande sangria de mão-de-obra, antes dedicada à lavoura de juta. [...] As políticas desenvolvimentistas, que passaram a concretizar na Amazônia, a partir da década de 1970 [...] criou possibilidades de expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, a drenagem de ribeirinhos em direção às áreas de terra firme. Essa mudança de opção, de uma civilização de várzea para uma civilização de terra firme, trouxe conseqüências para as populações ribeirinhas, levando a população à estagnação e à queda na produção de fibras.

A partir da segunda metade da década de 1980 o cenário transforma-se radicalmente. As indústrias de sacarias, esteio de toda a cadeia produtiva de fibras no Amazonas e as medidas de proteção à produção local não foram suficientes, as empresas brasileiras não conseguiram competir com os países asiáticos como Índia, Paquistão e Bangladesh, cujos produtos, mesmo atravessando literalmente meio mundo, chegavam ao mercado brasileiro com preços inferiores. Em entrevista com o principal comprador (intermediário) das fibras produzidas na Comunidade Ilha do Valha-me Deus, foi possível identificar o que, segundo ele, tem sido prejudicial ao trabalho desenvolvido na compra destas fibras, ele enfatiza a respeito das portas abertas para a importação de fibras asiáticas que ocorre em nosso país:

Tem tido muitas dificuldades por causa do mercado. Quando eu gerenciei a empresa Companhia Têxtil Castanhal (CTC), há 4 anos, a fibra tinha um preço que dava pra levar. Depois veio a sacaria da Índia e Bangladesh, péssima qualidade, fiação podre e dão muito prejuízo, pois estouram na hora do transporte dos alimentos. Eu culpo a presidência, pois se trancasse as portas de importação, o nosso produto sairia melhor. (ENTREVISTADO 7)

Nesse sentido, a região amazônica, que chegou a ter 17 fábricas de juta e malva no período áureo dessa atividade, atualmente conta com a presença de apenas três - Ciex/Jutal, Brasjuta e Companhia Têxtil Castanhal (CTC). Essas empresas ainda permanecem por conta dos benefícios da lei nº. 926 de 1995 que dispõem sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo *Antidumping* e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.

1.3 Processo de produção das fibras

Destacando aqui, brevemente, a respeito do histórico da Companhia Industrial Amazonense. A Companhia, logo quando o cultivo das fibras começava a ser desenvolvido, contratava colonos japoneses e trabalhadores brasileiros devido à necessidade de uso intenso de mão de obra na produção das fibras. De acordo com Homma (2010):

No início, o plantio de juta estava restrito a reduzido grupo de produtores japoneses que faziam esforços para a produção das sementes. Pelo fato de ser um cultivo altamente intensivo no uso da mão de obra, os dirigentes da Companhia Industrial

Amazonense S.A. logo perceberam a necessidade de induzir os agricultores brasileiros no processo produtivo [...] (p. 56).

A atuação governamental facilitava a inversão de capital estrangeiro no Amazonas. Por meio do “Decreto Estadual nº 170, de 24 de novembro de 1938, concedia à Companhia Industrial Amazonense áreas de terras devolutas à sua escolha, pelo prazo de trinta anos” (NODA, 2010, p. 85), sendo que a condição para o uso das terras era a sua destinação à cultura da juta que poderia ser desenvolvida por brasileiros ou estrangeiros. É o que destaca Lima *apud* Pinto (2010, p. 173) acerca do Decreto: “lotes de terras devolutas, em qualquer zona do estado, à escolha da peticionária, para a cultura da juta, por trabalhadores nacionais ou colonos estrangeiros, que forem por ela contratados.”. Pode-se observar que a política governamental ao transferir à Companhia o poder de controlar parte importante da ocupação das terras públicas devolutas estava tentando realizar uma forma de colonização dirigida a partir da qual só teria acesso às terras o trabalhador ou colono contratado pela Companhia, porém não obteve sucesso.

Com o passar dos tempos e a partir de condições favorecedoras por parte da Companhia, os colonos japoneses começaram a contratar trabalhadores brasileiros na condição de assalariados, porém essa condição “[...] tornou-se inviável pelo movimento de reversão do trabalho assalariado para o trabalho por conta própria dos agricultores da juta [...]” (PINTO, 2010, p.174). O que ocorre é que os agricultores que vendiam sua força de trabalho aos japoneses, uma vez adquirido conhecimento sobre o cultivo das fibras e tendo terras livres para trabalhar para si mesmos, passaram a se dedicar ao plantio da juta a partir da organização da produção à base do trabalho familiar. O processo de trabalho familiar na cultura da juta e malva se caracteriza pela produção de subsistência, por meio do uso do trabalho manual, com auxílio de poucos instrumentos, mas com boa produtividade devido à qualidade dos solos de várzea. É um processo de trabalho fundamentado a partir da ideia de que:

[...] o pai da família, trabalhador agrícola, é que provê o consumo dos familiares, quase sempre ajudado por mais dois membros da família. Geralmente, os filhos do sexo masculino até os quinze anos, daí em diante, devia realizar as tarefas do pai, ou a mulher quando deixava seu trabalho doméstico para as filhas executarem [...] (NODA, 2010, p. 131).

Assim, percebemos que o processo de produção da juta/malva é realizado ainda a partir de modelos e técnicas rudimentares, havendo pouca ou nenhuma introdução de

tecnologias. Os agricultores de juta e malva não desenvolvem um trabalho individual, mas familiar. Eles utilizam a força de trabalho familiar para a produção das fibras, com as mulheres, jovens e crianças auxiliando direta ou indiretamente na obtenção da produção:

Trabalho do campo é tudo nós, todo mundo trabalha ,agora da casa eu deixo assim: quando nós num tamo aperriado com o trabalho fica a fulana em casa, ela que fica, ela que arruma, aí na outra semana fica uma, aí a outra vai [...] Agente vai capinar aí já leva as criança, já ajuda agente. (ENTREVISTADA 2)

Porque, assim, aqui todos nós trabalha, dos menor aos maior, quando eles chega da escola aí eu digo, assim, os que não pode nesse trabalho de juta, os que não sabe lavar eles vão passar do roçado pra cá, eles sabe dirigir rabeta, né, aí eles vão trazendo pra pendurar aí, aí quando agente chega agente só já vai pendurar, é assim, todos tem uma tarefa pra fazer [...] (ENTREVISTADA 3)

Todos trabalhava, só ficava uma pra fazer o boião, era a mais velha, ela ficava pra fazer a comida, às vezes ficava uma de nós menor pra encher água, assear a casa, era assim, o resto ia pra roça, capinar serrado de roça [...] (ENTREVISTADA 4)

Com base nos escritos de Noda (2010), podemos destacar que na cultura da juta e malva, o processo de trabalho é iniciado com a preparação do terreno para a semeadura, após isso se tem a preparação das sementes a serem semeadas. Após compradas, as sementes de juta não recebem tratamento para a semeadura enquanto que as sementes de malva precisam passar por um processo de cozimento antes de passarem por este processo. A semeadura é feita tanto manualmente quanto por meio da utilização de uma máquina tipo tico-tico que possibilita a regularidade no espaçamento e o crescimento uniforme das plantas. “Esse trabalho da juta ele é um trabalho aperriado, até que no plantio até que não, agente planta com máquina [...]” (ENTREVISTADA 3). “Antes de Ryota Oyama aperfeiçoar a máquina ‘tico-tico’, as sementes de juta eram jogadas a ‘laço’, ocasionando grande perda” (HOMMA, 2010, p. 55).

O passo seguinte é o trabalho de capina que consiste na limpeza das ervas daninhas. No mesmo período realiza-se o processo de desfibramento sendo este a retirada das plantas em excesso. À época, quando a juta/malva fica madura, é realizado o corte ou colheita, trabalho realizado, geralmente, antes que as águas subam demais. Após cortadas, são enfeixadas (atadas em feixe de vinte e cinco a trinta hastes). Os feixes, então, passam pelo processo de afogamento que consiste na submersão em água para a maceração a partir da qual bactérias anaeróbicas agem no sentido de desprender a fibra do lenho e remover a goma na lavagem para, assim, tornar a fibra alva: “corta uma quantia de duzentos, trezentos feixes, aí afoga, passa aqueles dias” (ENTREVISTADA 3).

Em seguida, ocorre o processo de desfibrilamento realizado dentro d'água, “você vai lá, puxa toda aquela fibra daquele feixe e amarra porque ela não pode ficar espalhada senão ela vai atrapalhar” (ENTREVISTADA 3), trabalho este efetivado em condições de alto risco para a saúde e vida dos agricultores que tendem a sofrer com reumatismo e ataques ou picadas de animais venenosos, as mulheres sofrem consequências ainda maiores:

Dá amortecimento nos braço da gente [...] porque eu acho, assim, sobre o frio e na idade que agente já tá, trabalhar, fica cansado, fica uma coisa difícil pra gente mulher, aí vem as consequências da menstruação [...] (ENTREVISTADA 3)

Eu sinto muita dor e eu não garanto mais trabalhar, na barriga, nos meus ossos, olha como está minha mão de ontem, tá puxando [desfibrando], e aí eu não aguentei mais, isso aqui eu digo, meu filho, pega um óleo e faz uma massagem na minha costa que eu não aguento mais. (ENTREVISTADA 2)

Agente tem que fazer barulho na água, picando na frente da gente. Eu prefiro enfrentar arraia do que a sanguessuga, eu sempre trabalho de bota, calça comprida. (ENTREVISTADA 3)

De arraia eu já fui tiscada, mas só foi mesmo ma lá mar, eu chorei. [...] Eu peguei uma desse tamanho, parece uma folha, essa foi grande essa sanguessuga. (ENTREVISTADA 2)

É importante destacar que todo processo de produção da juta/malva nestes 80 anos é realizado de forma manual/artesanal e insalubre, uma vez que os produtores rurais ficam em média de oito a dez horas por dia submersos com água até a cintura, e vulneráveis ao ataque de animais peçonhentos: “agente ia umas sete horas, oito horas, só voltava de tarde umas quatro horas” (ENTREVISTADA 1). No período em que se tem maior demanda, os trabalhadores tendem a se dedicar a esta atividade todos os dias da semana, com pouco tempo de intervalo para o descanso. Os trabalhadores preferem fazer refeições dentro d'água mesmo, uma vez que se saírem da água perdem a vontade de continuar com o serviço. Neste processo produtivo estão inseridos filhos, mulheres, homens, idosos, todos os membros da família participam direta ou indiretamente. Ferreira (2009, p.173) reforça:

O momento do desfibrilamento é onde o trabalhador da malva corre alguns perigos e, também, tende a desenvolver algumas doenças que eles definem como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos, problemas oftalmológicos e outros. Nessa etapa do processo de trabalho há, também, o risco iminente de ataque de cobras, poraquês, arraias, jacarés, lacraias, formigas, escorpiões e sanguessugas. Esse é o momento mais penoso dessa atividade, podemos afirmar categoricamente que esta etapa do processo produtivo representa a degradação objetiva do corpo [dos produtores] [...].

Além dos riscos com animais, “[...] a irregularidade do volume das águas produz ocasionalmente perdas de grande magnitude para a economia dos pequenos produtores [...]” (PINTO, 2010, p. 162), uma vez que o movimento das águas (enchentes e vazantes) determina não apenas as perdas, mas a produtividade da agricultura das várzeas:

Na lavação você tem que se virar porque senão ou ela estraga, ou ela vai amolecer tudo, ou você não vai tirar nada, vai perder. De manhã você tem que ir lá, quando começa a entrar n’água, você tem que cortar, tem que botar mesmo pra cortar, tem que tirar tudinho pra fazer o feixe [...] (ENTREVISTADA 3)

É importante enfatizar que ao longo dos tempos, ocorreu a expansão da produção das fibras de juta e malva nas várzeas amazônicas, uma vez que tal acontecimento está relacionado ao fato de estas áreas apresentarem elevada fertilidade, e também devido às plantas serem anuais e produtoras de grande quantidade de sementes em apenas um pé. Com relação às várzeas Homma (2010) destaca que:

As várzeas são faixas estreitas que acompanham o curso do rio Solimões/Amazonas rios de água branca e de seus afluentes, sujeitos às inundações anuais. Em decorrência dessas inundações, são solos que representam 6 % da superfície da Amazônia Legal, de elevada fertilidade [...] (p. 61).

É preciso destacar que apesar dos trabalhadores das fibras saberem dos riscos que correm, poucas coisas podem fazer para evitar os acidentes, uma vez que labutar neste tipo de processo produtivo faz parte de seu *ethos*. Observamos que o modo de desfibrilar as fibras é o mesmo desde o início dessa atividade na região. Mesmo com toda a problemática do processo de trabalho, o cultivo das fibras pode ser classificado como atividade necessária. Geralmente, os comunitários também realizam o cultivo de outras plantas, além das fibras, tendo em vista a própria alimentação (melancia, jerimum, maxixi, milho, hortaliças), contudo, para muitas comunidades do Baixo Solimões o cultivo das fibras representa a única fonte efetiva de renda.

Witkoski (2010) enfatiza que “após a colheita, a cheia se encarrega de limpar o terreno, que não sofre processos agressivos ao solo com a queima, pratica comum a outras plantações. No processo industrial são utilizados apenas aditivos orgânicos e óleos vegetais [...]” (p. 425). É no período de cheia que as terras de várzea passam pelo processo conhecido por descanso fato que também contribui para a manutenção da fertilidade nesses terrenos. Os passos seguintes e finais do processo de trabalho das fibras são a secagem e enfardamento. O primeiro consiste em estender e revirar a fibra em varais construídos próximos às casas para que possam secar ao sol, uniformemente. O último passo compreende o processo de amarrar

as fibras em fardos. O trabalho com os varais, geralmente, é realizado pelas mulheres: “cortava mesmo e lavava, carregava também, jogar no varal fiz bem mesmo, estendia tudinho, aí quando enxugava, recolhia.” (ENTREVISTADA 1).

1.4 As relações de produção e comercialização das fibras

No processo produtivo das fibras, o trabalho feminino, doméstico ou não, e dos filhos são considerados ajuda pelas próprias mulheres, família e comunidade, visão esta que persiste mesmo em situações em que o trabalho das mulheres se dá por intermédio de tarefas equivalentes ou iguais às realizados pelos homens. Exemplificando, podemos citar o desenvolvimento de atividades nas capinas, limpeza da área plantada, no corte, na lavagem das fibras, no carregamento para secagem, até mesmo no desfibramento, ainda assim, o trabalho feminino é tido como ajuda. Porém nos períodos do plantio e, principalmente na colheita as mulheres e jovens desenvolvem uma dupla jornada, executando os dois trabalhos, além das atividades domésticas. É importante destacar ainda que o processo de comercialização das fibras é trabalho realizado, geralmente, pelos homens.

A discussão sobre a produção da juta e malva implica, necessariamente, destacar a problemática das relações de gênero e trabalho. As relações de gênero referem-se à participação das mulheres nos processos produtivos da juta/malva, no espaço da agricultura familiar, e a falta de reconhecimento do trabalho destas mulheres nestes ambientes. Quanto às relações de trabalho, este segue a lógica do capitalismo, num processo de exploração e apropriação de mais-valia, onde o dinheiro, o ter, passa a permear as relações sociais e de trabalho.

Para entendermos o trabalho da mulher no contexto da agricultura familiar, em especial, no processo produtivo das fibras vegetais, faz-se necessário compreender a discussão referente à relação de gênero. Ao se falar da mulher e do trabalho é inevitável falar do homem e das relações que se estabelecem no desenvolvimento da sociedade capitalista. Na análise das relações de trabalho se torna fundamental as discussões acerca das desigualdades de gênero como agente de reprodução de hierarquias, conflitos e invisibilidades, mas, sobretudo, como atividade potencial capaz de viabilizar o empoderamento feminino e desconstrução das desigualdades nos espaços da agricultura familiar. É pelos estudos e discussões sobre gênero, que entendemos a divisão sexual do trabalho, os papéis destinados socialmente ao homem e a

mulher, tanto no âmbito da família, como da sociedade. Nestes estudos é possível entender a opressão feminina e as relações de poder entre os sexos.

No cultivo das fibras, como já dito anteriormente, é grande a presença da mulher, em todas as etapas do processo, contudo, ainda é reduzido o número de pesquisas no sentido de identificar quantas e onde estas mulheres estão inseridas nos processos produtivos rurais na Região, em especial no Baixo Amazonas. Dessa forma, é necessário ter um novo olhar para as trabalhadoras rurais, em especial aquelas que trabalham com a juta/malva, que arriscam suas vidas no processo produtivo e obtêm um baixo rendimento e reconhecimento. É preciso pesquisar quais são suas histórias, seus objetivos, seus sonhos e anseios, os direitos que constroem coletivamente e procuram tornar realidade.

Outra questão que no contexto amazônico encontramos comumente é o desenvolvimento da forma de ajuda mútua, sem uma formalização ou regulamentação desse processo, esta forma de ajuda é denominada regionalmente como ajuri ou puxirum, tem o formato de um mutirão. No processo produtivo das fibras é comum a participação de vizinhos, compadres na forma de ajuda mútua. Segundo Torres (2005), esta prática social é bastante antiga na Amazônia e mobiliza um número de pessoas, vizinhos, amigos, compadres e conhecidos com intuito de prestar ajuda na roça de determinada família que não possui mão de obra suficiente para dar conta da produção.

É relevante destacar que, de acordo com Witkoski (2010) a juta e/ou malva se consolida como setor agrícola por meio do sistema de aviamento, apoiado em relações mercantis preexistentes que se estabeleciam entre patrões e fregueses. O processo de trabalho da juta e/ou malva é bastante arriscado, permeado de muitos perigos que afetam a saúde daqueles que o praticam e o seu preço não é compensatório em relação a esses riscos, “o que não tá agradando mesmo é o preço do produto” (ENTREVISTADO 6), e até hoje “[...] o processo de comercialização das fibras na região, por exemplo, ainda se dá sob a égide do sistema de aviamento [...]” (WITKOSKI, 2010, p. 383). Acerca das relações mercantis, nesse contexto, colabora Pinto (2010):

A denominação patrão era contraposta a de freguês. O patrão era e ainda é o comerciante que financiava a unidade de produção familiar em sementes (juta e malva), mercadorias em dinheiro e recebia do pequeno produtor familiar (freguês), como pagamento a esses adiantamentos, sua produção de fibra, ou parte dela [...] (p.203).

A partir dessa situação, os trabalhadores apesar de proprietários das terras em que trabalhavam e donos dos meios de produção, em grande medida, ficam com sua produção, a

quantidade que deve produzir, sobreterminada pelos setores do capital com os quais se relacionam, podendo estes se expressar no comerciante, cooperativa, banco ou própria indústria. Ainda quanto à relação entre aviadores e aviados, Noda (2010) destaca que “[...] a relação efetiva entre os agricultores e comerciantes onde são adiantados insumos e gêneros de primeira necessidade a serem pagos no final da produção, recebe a denominação local de aviamento [...]” (p. 86).

Essas relações desiguais de troca marcam o mercado regional, mantendo o pequeno produtor autônomo como o elo mais fraco da cadeia de operações comerciais uma vez que os produtores diretos pagam preços elevados pelas mercadorias que vinham a adquirir em contrapartida vendem seus produtos a preços bem mais baixos. A partir disso, Pinto (2010) enfatiza:

[...] Esse desequilíbrio se traduzia concretamente em pauperização dos produtores familiares, às vezes, a níveis extremos. Vendendo a juta a preços sempre mais baixos e adquirindo mercadorias a preços superiores aos do mercado, o pequeno produtor via com saída, aumentar a produção de juta, para isso tendo que intensificar o trabalho de todos os braços disponíveis na família [...] (p.183).

É preciso ressaltar também a questão dos agentes intermediários, aos quais os produtores das fibras, possuem, atualmente, grande dependência no processo de comercialização. De acordo com Noda (2010), os intermediários se apropriam dos excedentes gerados pelos trabalhadores de juta e malva. Os principais agentes de intermediação são o regatão e o marreteiro. O regatão se desloca em sua embarcação aos locais de produção na época da colheita, principalmente, visando a realização de trocas de quinquilharias, produtos de uso doméstico, vestuário por produtos florestais ou juta e malva. Seus ganhos se expressam na defasagem entre os preços de suas mercadorias e os preços pagos pelas fibras. Já o marreteiro é dono de pequenas embarcações que abastecem de mercadorias os agricultores perante pedidos prévios. Seus ganhos se estabelecem a partir das importâncias superiores que recebem pelos produtos e pelas comissões pagas pelos grandes comerciantes e as indústrias.

Nas comunidades ribeirinhas da região amazônica há a dependência aos intermediários devido, principalmente, a falta de transporte próprio para a comercialização das fibras. A partir de entrevista, uma comunitária relatou que o preço pago pelos intermediários na comercialização da malva é de R\$1,70 por quilograma (kg) enquanto que o preço mínimo estabelecido pelo governo é de R\$1,75 por kg. “Ano passado ela deu até R\$2,00. Agora ela começou R\$1,70 e até agora não subiu o preço.” (ENTREVISTADA 3). O comprador destaca o que, segundo ele, seria o motivo para a baixa do preço da fibra: “o preço

baixou por causa da importação, pois importa-se de mais e baixa o preço do produto no país.” (ENTREVISTADO 7)

A partir disso, podemos perceber a defasagem dos preços e a apropriação de excedentes que os intermediários obtêm a partir do trabalho árduo dos trabalhadores de juta e malva. Segundo Witkoski *apud* Ferreira (2009, p. 199):

Os agentes da comercialização são sujeitos sociais que não produzem nenhum tipo de produto – seja de origem agrícola, criação animal ou extrativista – eles apenas apropriam-se dos excedentes da produção camponesa para vender e revender na cidade. Os preços são, geralmente, determinados por eles e nunca correspondem aos custos de produção do trabalho camponês.

Com isso, notamos que a relação comercial dos camponeses com os agentes da comercialização se dá de forma desigual, pois a dependência é sempre uma constante, que degrada economicamente esses sujeitos sociais: “é um produto que ele não sobe de preço, ele fica naquela mesma coisa, agente pensa que vai melhorar a situação, cada vez piora.” (ENTREVISTADA 3). “Em 2012, ano passado, alcançou até R\$2,20 o quilo, na expectativa de em 2013 dá um preço até de R\$2,50, porém apesar de nós ter um acréscimo, diminuiu o preço que está até R\$1,70, R\$1,80 e aí o povo está até já triste [...]” (ENTREVISTADO 6).

Segundo Pinto (2010), apesar dos desafios que enfrentam os produtores das fibras, eles não pretendem abandonar a produção das mesmas. A produção das fibras não tem perspectiva imediata de abandono devido à alta fertilidade das terras e da técnica acessível de seu plantio uma vez que as fibras apresentam alta produtividade por hectare fato este que desestimula outros plantios em mesma escala, além de que os produtores acreditam que “a juta era uma coisa certa. Embora pouquinho, mas todo ano ela retribui, não é? [...]” (PINTO, 2010, p. 199).

1.5 As fibras hoje

Com relação ao centro produtivo das sementes, atualmente, a produção das sementes de juta fica localizado no município de Alenquer, no Estado do Pará, onde poucos trabalhadores se dedicam à produção das sementes que são vendidas para o estado do Amazonas. De acordo com Fagundes *apud* Homma (2010):

Para a produção de sementes de juta nas áreas de terra firme no município de Alenquer, utiliza-se 1 kg de semente básica para o plantio de 1 hectare para a produção de sementes fiscalizada/certificada, com produtividade entre 300 kg/ha e

500 kg/há. Para produzir 1 hectare de juta fibra são utilizados entre 6 kg e 8 kg de sementes fiscalizada (p. 55).

Ainda de acordo com o autor, a produção das sementes de juta no município de Alenquer é coordenada pela Embrapa da Amazônia Oriental. As sementes de juta são produzidas sob encomenda do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia – IFIBRAM, que as repassa para os produtores da fibra. O governo do Estado do Amazonas, através do Instituto de Desenvolvimento do Amazonas – IDAM e firmas particulares. Os cultivos de sementes de malva estão localizados em Capitão Poço e Bragança, no nordeste do Pará, a sua produção e distribuição também é coordenada pelo IFIBRAM. O ciclo de desenvolvimento das fibras é de oito meses, sendo colhidas a partir de julho/agosto. A juta é plantada pelos agricultores a partir de dezembro, com um ciclo de desenvolvimento de cinco a seis meses, sendo colhida entre maio e junho. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), para as sementes de juta, e o IFIBRAM, para as sementes de malva, são instituições imprescindíveis para assegurar, aos produtores de fibras, sementes apropriadas e nas quantidades necessárias ao bom desenvolvimento da cultura.

Fazendo uma breve comparação entres as fibras vegetais de malva e juta, destacamos que elas podem ser classificadas como dicotiledôneas, pois fornecem fibras a partir do lenho, diferente das monocotiledôneas cujas fibras são extraídas das folhas. As fibras são células longas, com paredes secundárias mais ou menos espessas e geralmente ocorrem em feixes. A juta só pode ser cultivada em áreas de várzea enquanto que a malva pode ser cultivada tanto nas áreas de várzea quanto de terra firme. Ambas apresentam as mesmas peculiaridades no processo produtivo com uso do trabalho manual, auxílio do de poucos instrumentos, mas apresentando boa produtividade. Atualmente, a produção da malva supera a de juta no Amazonas, isto se deve à questão de que as sementes da malva possuem maior produção por hectare, é a fibra que possui maior resistência e, também, devido à escassez das sementes de juta.

Falando mais a respeito das fibras, Witkoski (2010) destaca que estas servem de matéria-prima para uma pauta inesgotável de produtos, pois, além da confecção de sacarias, elas podem ser utilizadas para a fabricação de papel, vestuário, barbantes, cordas, cortinas, fios, forração de estofados, fundo de tapetes, lonas, telas para artesanatos e, contudo, a parte descartada das fibras – o lenho – pode servir de lenha para fornos de fábricas de tijolos e telhas. Apesar de possuir esse leque de utilidades as fibras são mais utilizadas no âmbito da composição de sacarias. Segundo o comprador das fibras na comunidade pesquisada, as fibras

compradas vão para uma empresa que fabrica teto e estofados de carros vendidos para grandes empresas de produção de automóveis, além disso, ele também vende para os bois bumbás de Parintins tendo em vista a confecção de acabamentos de alegorias ou indumentárias dos itens, e ele ainda conta que a fibra no país é destinada, principalmente, à confecção de sacarias. (ENTREVISTADO 7)

A partir de todo o exposto, pudemos perceber que o desenvolvimento da cultura da juta e, posteriormente, a malva nas várzeas amazônicas ocorreu a partir da introdução por meio dos imigrantes japoneses de plantas que não eram cultivadas no país e os agricultores na Amazônia aprenderam rapidamente os processos de cultivos e beneficiamento dessas culturas exóticas realizando-as até os dias atuais. A produção de juta e malva, atualmente, encontra-se alastrada por toda região amazônica – Rio Negro, Japurá, Alto Solimões, Juruá, Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre, Purus, Madeira, Manacapuru, Coari, (IBGE, 2010).

Muitos trabalhadores, nos dias atuais, plantam somente malva, isso se deve à falta de disponibilidade de sementes de juta aos produtores, além da preferência pela produção da malva. “A juta ela demora mais porque a juta ela é quinze dias pra amolecer, a malva ela já é mais rápida, o crescimento, a colheita também, corta e com seis dias agente tá lavando.” (ENTREVISTADA 3); “a juta era bonita, tinha bem aí nesta terra, agora planta uma juta e ela não vem que preste, agora a malva ela vem, vem bonita” (ENTREVISTADA 4).

A questão da obtenção das sementes foi sempre problemática no Amazonas, historicamente comprador de sementes do vizinho Estado do Pará. No ano de 2012, as sementes de juta não foram disponibilizadas nas localidades pesquisadas: “a semente aqui agente compra. Às vezes agente vai lá também em Parintins que é de lá que sempre vem, do IDAM, mas parece que é pago lá. É 7 kg de fibra por 1 kg de semente.” (ENTREVISTADA 2). “É essa negociação de 7 kg de fibra por 1 kg de semente.” (ENTREVISTADO 6). O comprador (intermediário) reforça: “hoje o governo não tem dado as sementes e eu vendo as sementes para os produtores” (ENTREVISTADO 7)

O processo de produção das fibras de juta e malva ainda segue modelos e técnicas rudimentares, com pouca ou nenhuma introdução de tecnologias e modificações na forma de produzir as fibras. Visto que estas fibras podem ser utilizadas, em larga escala, como matéria prima na confecção de uma variedade de produtos, principalmente, sacarias, telas e fundos de tapetes, em um período de forte apelo ecológico, as fibras de juta e malva tem ganhado importância social e ambiental, como matéria prima para substituição de plásticos e para a geração de emprego e renda para as populações rurais (HOMMA, 2010). É relevante enfatizar

que os produtos não pode se reduzir à produção agrícola, ou seja, destinado apenas à confecção de sacos, pois isso deixa o setor vulnerável. É preciso estender essa matéria-prima para outros setores, como por exemplo, o setor de sapatos, cintos, bolsas, chapéus e principalmente para o setor que produz sacolas para embalar produtos das mais variadas espécies. O apelo ecológico deve ser utilizado como forma de ampliar o mercado das fibras vegetais e garantir melhorias na qualidade de vida de centenas de habitantes de muitas localidades.

De maneira diferente das fibras sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, que não são biodegradáveis, e, logo, são mais propensas a causar danos ambientais, os produtos oriundos de fibras vegetais, não só são biodegradáveis, e, portanto, ecologicamente corretos, como também tem potencial para fomentar toda uma cadeia produtiva. Isso devido a gama de produtos que podem ser confeccionados tendo como matéria-prima principal as fibras dessas plantas. As fibras de malva e juta podem ir além da simples confecção de sacos. As folhas também podem ser utilizadas, elas têm propriedades fitoterapêuticas.

Segundo Witkoski (2010) a malva e a juta podem contribuir para o estabelecimento de uma nova racionalidade econômica e produtiva. Entretanto, a falta de políticas contínuas e justas de preços; garantia de compra da produção; ausência de tecnologia que eliminem o trabalho degradante e que garanta qualidade das fibras; aquisição das sementes; dificuldades de transporte e escoamento da produção são alguns fatores contribuem para não efetivação dessa atividade no Amazonas. A estrutura dessa cadeia produtiva deixa os produtores de malva e/ou juta reféns dos agentes da comercialização e, também, do assistencialismo dos governos municipal e estadual, fatores que geram instabilidade no processo produtivo e, conseqüentemente, a desvalorização dessa atividade agrícola na região nos últimos anos.

Percebemos que as relações de trabalho que se sustentam na estrutura familiar de produção podem ser uma alternativa viável de desenvolvimento, em um momento em que se está em discussão modelos de desenvolvimento alternativos face à crise do modelo produtivista convencional do capitalismo mundial. O cultivo de malva e/ou juta pode configurar-se como uma alternativa importante de geração de emprego e renda para as populações da Amazônia, desde que haja o desenvolvimento de tecnologias que removam os perigos do processo de trabalho, e políticas públicas que regulem as ações de comercialização. Esse tipo de agricultura tem potencial para ser socialmente viável e ecologicamente sustentável.

CAPITULO II

GÊNERO E TRABALHO DAS MULHERES RURAIS

2.1 Discussão a respeito do conceito de gênero

Discutir acerca da produção da juta e malva implica, necessariamente, destacar a problemática das relações de gênero e trabalho. Para compreendermos o trabalho da mulher no contexto da agricultura familiar, em especial, no processo produtivo da juta/malva, faz-se necessário realizar uma discussão referente à relação de gênero, uma vez que ao se falar da mulher e do trabalho é inevitável falar do homem e das relações que se estabelecem entre esses sujeitos no desenvolvimento da sociedade. Partindo desse pressuposto, Santos (2004, p.69) destaca que “gênero é ação, relação e representação e, em virtude de seu caráter relacional, torna-se impossível compreender a feminilidade sem fazer referência a masculinidade e vice-versa.”

Na história da humanidade as relações entre homens e mulheres nem sempre se expressaram em relações de domínio de um sobre o outro. Embora pouco se conheça da história da humanidade, segundo Paludo e Daron (2001), alguns historiadores destacam que no período denominado de “comunismo primitivo” as relações entre homens e mulheres prevaleciam sob a lei da solidariedade e da partilha, sendo o poder um serviço, não um privilégio. Na transição deste período para a sociedade escravista ocorreu a consolidação das relações desiguais entre homens e mulheres, o que não se alterou na passagem para a sociedade feudal e o mesmo aconteceu com a passagem desta para a sociedade capitalista.

Em nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres têm sido explicadas e difundidas por várias visões, sendo as majoritárias: a) a religiosa, identifica a mulher à submissão, como um subproduto do homem devido ser construída a partir da costela de Adão; b) a biológica, relaciona a mulher à inferioridade do ponto de vista da força física e de diferenças sexuais; c) a econômica, difunde a ideia do homem enquanto provedor da família,

responsável por sua sustentação, ao qual pertence o espaço público, da produção, enquanto à mulher cabe o espaço privado de reprodução e manutenção da força de trabalho, e; d) a cultural, definindo e difundindo características e hábitos próprios de homens e mulheres.

As visões apresentadas acima tendem à naturalização de um papel de inferioridade das mulheres perante os homens, mas as relações de dominação, discriminação, violência e explorações dos homens para com as mulheres não são algo natural, nem sempre estas relações se deram dessa forma e não devem permanecer assim. O debate de gênero não é restrito às diferenças sexuais e biológicas de homem e mulher, é algo complexo uma vez que abrange determinações sociais, culturais e históricas.

A palavra gênero surge por volta de 1970, quando as mulheres começam a formar organizações, formando, assim, os Movimentos de Mulheres também denominados de Movimentos Feministas. Diante desse contexto e das transformações da sociedade capitalista esta nova forma de representação teórica das relações entre homens e mulheres se configura, então, é construída a visão expressa pela palavra gênero em vista de explicar as relações entre homens e mulheres. Este conceito ajudou na compreensão das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, ajudou a compreender que a única diferença entre homens e mulheres é a de sexo e isso não justifica nenhuma forma de dominação imposta às mulheres e nem muito menos a determinação de papéis desempenhados por homens e mulheres. Assim, percebemos que:

[...] As identidades dos homens e mulheres e o papel social que desempenham dependem, entre outros aspectos, da forma como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir sua própria existência, do jeito como as relações de poder são exercidas, da cultura que se institui e do que esta sociedade pensa sobre si mesma, podendo variar de uma sociedade para outra. A forma de representação das diferenças entre homens e mulheres são, portanto, socialmente construídas, não sendo naturais e podem ser mudadas porque são construídas e reconstruídas na prática social. (PALUDO; DARON, 2001, p. 9).

Scott (1990) contribui nesse sentido, segundo o autor, o gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita explicações biológicas deterministas que propagam diversas formas de subordinação das mulheres.

[...] O gênero torna-se antes uma maneira de indicar construções sociais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] (SCOTT, 1990, p. 07).

O debate em torno das relações de gênero possui grande relevância na medida em que realiza uma discussão social referente à desconstrução e desnaturalização das diferenças entre o homem e a mulher, diferenças essas que ao longo da história foram naturalizadas como biológicas em vez de resultado de um processo social com reflexos de interesses econômicos, políticos e culturais de uma sociedade machista.

Silva e Schneider (2003) enfatizam que a noção de gênero está relacionada à cultura, na medida em que “[...] é formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade lida com as diferenças entre os sexos [...]” (p.188). Nesse sentido, o conceito de gênero sendo uma elaboração cultural sobre os sexos, questiona o que é dado como natural e biológico e busca demonstrar que o papel da mulher na sociedade pode ser alterado com benefícios para todos.

Sacks (1979) destaca que as relações econômicas e também políticas afetaram as posições relativas de homens e mulheres, uma vez que, em uma dinâmica histórica, as mulheres passaram de membros livres e iguais de uma sociedade à esposas dependentes e subordinadas. Nas primeiras etapas da sociedade, segundo a autora, as pessoas trabalhavam para manter a subsistência do grupo, dessa forma, todos eram membros iguais na comunidade. Mas isso muda com o desenvolvimento do homem proprietário, dono da propriedade privada que se dá de forma inicial com a domesticação de animais de grande porte. Dessa forma, a propriedade privada transforma as relações entre homens e mulheres uma vez que:

A propriedade privada fez de seu dono o dirigente da família e as mulheres e os outros dependentes, sem propriedade, colaboravam na manutenção e no crescimento dessa propriedade cujo chefe está agora engajado em uma produção competitiva com outros chefes de famílias. (SACKS, 1979, p.189)

Nesse contexto, Sacks (1979) destaca ainda que o status feminino torna-se subordinado e doméstico, já que a sociedade de classes resulta na dicotomia entre as esferas pública e privada. Sendo o trabalho social ou público a base fundamental para o status social adulto do qual as mulheres são excluídas, nega-se, nesse sentido, a condição delas enquanto adultas e defini-as como tuteladas do homem. Por conta disso, o trabalho masculino é considerado como produtivo e o feminino apenas como uma força conservadora, na medida em que mantém a casa, o marido e os filhos, isto é, realiza a manutenção da força de trabalho presente e futura.

Na Ilha do Valha-me Deus, observamos que as relações de gênero se expressam no caráter de divisão dos espaços público e privado a partir da qual as mulheres realizam mais as

atividades do lar, o cuidar da casa, dos filhos, do esposo, o preparo da alimentação da família, limpeza da roupa, entre outros afazeres domésticos enquanto que os homens desenvolvem atividades mais voltadas para o sustento da família realizadas em âmbito público, seja na produção e comercialização dos produtos agrícolas, na criação de animais, no transporte de pessoas por meio de rabetas ou barco. A entrevistada 1, nos relatou acerca das divisões de trabalho entre homens e mulheres em seu âmbito familiar, destacando o que seria trabalho do esposo e o que seria trabalho dela:

O meu que eu sei mesmo é mais da cozinha mesmo, né, lavar roupa, fazer o alimento, assear a casa [...] Ele cuida da comida pra peixe, as vez quando tem trabalho ele vai trabalhar com os menino, roçar por aí, pra gente plantar alguma planta, alí pro outro lado onde é nosso terreno, alimpar, né. (ENTREVISTADA 1)

[...] eu vejo a mulher é muito importante numa casa, um homem sem mulher em casa ele é um zé ninguém [...] a mulher tem um dever sagrado de cuidar dos filho, um dever sagrado de cuidar da casa, dever sagrado de cuidar do marido, quando ela é uma boa mulher, quando ela não quer ser boa mulher ela só cuida dela mesma [...] (ENTREVISTADO 6)

As falas dos entrevistados nos revelam como se dão as relações de gênero nas famílias da comunidade pesquisada, percebemos que à mulher é atribuído um *status* doméstico, suas atividades, seu cotidiano se realiza, principalmente, no âmbito do lar, o “cuidar” é relacionado à mulher e isso traz consigo a questão do conservar, a manutenção da família e da força de trabalho – esposo e filhos. É notável ainda a influência da igreja na fala do entrevistado 6, a partir da qual prega-se que o trabalho da mulher dentro da família é um “dever sagrado” e ao obedecer este dever ela é caracterizada como “boa mulher”.

A divisão social do trabalho que constrói uma separação da esfera pública, eminentemente, masculina, e da esfera privada, em geral, feminina, deve ser encarada como uma construção cultural. E isso é reforçado por Lévi-Strauss (1980, p.28), segundo o qual, “tal como as formas de família, a divisão do trabalho é mais consequência de considerações sociais e culturais que de considerações naturais. [...]”. Isso é notável a partir de seus estudos antropológicos de sociedades diversas, nas quais as funções destinadas aos homens e mulheres variam de acordo com a cultura de cada uma.

Nessa direção, Durham (1981, p.19) vêm destacar que “[...] reconhecer a existência de aspectos gerais da divisão sexual do trabalho e a generalidade da dominância masculina não implica aceitar que a submissão da mulher seja um fenômeno natural ou universal [...]”. Assim, percebemos como a inferioridade feminina é uma questão que se impregna no contexto de nossa sociedade que vê, a partir de padrões sociais e culturais, o homem como

chefe da família e como chefe do trabalho, havendo um estranhamento em relação a mulheres provedoras da família e possuidoras de altos cargos de chefia.

As questões de gênero, a opressão de um sexo sobre outro, se expressam como manifestação das contradições da sociedade em que vivemos, das contradições entre uma classe que oprime a outra. Essa contradição entre homem e mulher, que coloca a segunda em condição subordinada, mascara a real contradição de nossa sociedade: entre aqueles que se apropriam de forma privada da riqueza e aqueles que a produzem socialmente. Enquanto as mulheres organizam seus movimentos feministas, os homens, no cotidiano do senso comum, não as apoiam, é raro quando isso acontece. Eles não conseguem perceber que a luta das mulheres não deve ser isolada, mas sim em conjunto em prol de uma sociedade mais justa, sem tanta exploração causada pelo modo de produção vigente.

Percebemos com isso que a condição feminina, marcada por espantosas desvantagens comparativas em relação aos homens, é funcional para o processo de reprodução do capital. A manutenção das mulheres em condição de oprimidas e subordinadas permite diminuir os gastos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração. Esse processo além de contribuir para a manutenção do machismo que atribui ao homem o papel de provedor, possibilita ainda aumento de lucros para o capital.

2.2 Trabalho e Ser mulher

Entendemos que os papéis, representações sociais são criadas historicamente, determinadas segundo cada contexto da civilização. A partir disso, percebemos que cada ser se constrói e transforma na relação com o outro sendo a categoria trabalho a mediadora das relações no processo de reconhecimento do indivíduo enquanto ser social. Semeghini (2009) destaca acerca das ideias de Lukács referentes ao trabalho como elemento fundamental na explicação do homem em seu fundamento ontológico:

Com esta concepção, Lukács permite-nos entender o homem enquanto indivíduo e comunidade, sendo o resultado das objetivações criadas a partir de seu próprio trabalho. O trabalho será visto, assim, como a primeira atividade que implica numa ação conjunta, considerada essencialmente social e que tornará possível ao homem distinguir-se da natureza, passando a exercer sobre ela sua ação transformadora, tornando-se responsável por seu próprio destino enquanto homem. (p. 83).

Lukács atribui ao trabalho o papel de fundamento primeiro e responsável pela processualidade do ser em sua vida social e trata o trabalho a partir de sua ontologia considerando-o em seu caráter teleológico. Ao realizar o trabalho em vista da obtenção dos

bens necessários à vida, o homem produz e reproduz a sua existência e é dentro deste processo que os homens se reconhecem enquanto seres sociais.

Em determinado contexto histórico, quando o homem obtém consciência de seu papel no processo produtivo tem-se o surgimento da divisão sexual do trabalho, determinando espaços de trabalho às mulheres e homens, às primeiras o trabalho doméstico de reprodução social e aos segundos o trabalho reconhecido socialmente como produtivo.

No período primitivo, as famílias viviam em grandes comunidades, de numerosos casais e filhos, o trabalho realizado nesse período era voltado para as necessidades da família e não apenas para indivíduos ou casais, não existia separação entre os espaços público e privado, não havia divisão sexual do trabalho.

Ao longo do desenvolvimento das civilizações, o homem foi ampliando um processo de dominação, inicialmente de animais, depois de terras, mulheres, filhos e escravos e o homem passou a adquirir uma posição mais importante que a mulher, nessa perspectiva o homem começa a predominar na família. É importante destacar que a palavra família em sua origem, segundo Engels (1891, p.15), deriva de “[...] *Famulus* [que] quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem [...]” Dessa forma, o homem começa a ser visto como o chefe da família tendo sob seu poder os seus escravos, a mulher, e os filhos, totalmente subordinados a ele.

Com o modelo da propriedade privada caminha junto o sistema de patriarcado que se expressa no poder do homem detentor do capital, autoridade máxima na família. A ideologia patriarcal foi trazida ao Brasil pelos europeus que no processo de colonização vêm produzir e reproduzir um processo de subordinação da mulher ao homem. “Os diversos matizes das assimetrias sexuais e da discriminação dirigida ao gênero feminino podem ser visualizados nas mais variadas formas e nas diferentes formações histórico-sociais e culturais de todos os tempos [...]” (TORRES, 2005, p. 43).

O processo de colonização de nosso país é embutido de representações e facetas ideológicas que propagam a ideia da dominação masculina, a passividade e submissão da mulher e o predomínio da raça branca perante as demais raças, os povos indígenas no contexto brasileiro. Estes povos são descritos como bárbaros nas narrativas dos cronistas e tem-se a atribuição da vitória extremamente difícil a um grupo de colonizadores (homens brancos) cansados diante de mil sadias guerreiras amazônicas. A partir desses simbolismos “[...] as características de passividade e submissão presidiram a imagem da mulher amazônica, desde os tempos da conquista [...]” (TORRES, 2005 p. 49), reforçando uma ideia

de conformação de uma identidade feminina nos termos da ocidentalidade. Torres contribui ainda nesse sentido:

Se a imagem do homem indígena se fez refletir de forma turva e trepidante no espelho do branco, muito mais enviesada e sombria apareceu nesse mesmo espelho a imagem da mulher índia. Ao ideal de conquista das novas terras e da carga de preconceito que ela engendra, veio juntar-se também o espírito machista do conquistador, cuja visão de mundo sobre a mulher trazia as marcas do patriarcado e da cultura religiosa do seu tempo. Historicamente acorrentada aos grilhões do pecado original representado pela queda do paraíso, recaiu sobre a mulher a responsabilidade pela perversão sexual na história da humanidade. (p. 84).

Considerar as relações de gênero e raça que se estabeleceram desde o período de colonização do Brasil é imprescindível para a compreensão das desigualdades nos dias de hoje. As relações de dominação/subordinação atualizam padrões da colônia até hoje em dia. Permanece a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, herança colonial, determinando que o espaço da casa pertence às mulheres que realizam o trabalho doméstico, invisibilizado, desvalorizado, embora algumas vezes, não exclusivo delas.

O trabalho das mulheres é superexplorado, um trabalho penoso, sem direitos assegurados. Na cidade as mulheres ocupam mais o espaço do trabalho informal e sem proteção social. No campo, as jornadas de trabalho são contínuas, desvalorizadas, sem reconhecimento, incapazes de garantir autonomia econômica. Sem o trabalho realizado no dia a dia pelas mulheres, para outras pessoas ou em suas próprias casas, não haveria força disponível para movimentar a sociedade. Este é o chamado trabalho na reprodução social, de manutenção da vida e reprodução das pessoas.

São raros os casos em que os homens assumem o trabalho doméstico e o peso de suas consequências como a dupla jornada de trabalho, confinamento no espaço doméstico, dificuldades de tempo para o lazer e saúde. As tarefas domésticas não são partilhadas com os homens e muito menos com o Estado, por meio de políticas públicas tais como creches e pré-escolas. Tal descaso gera estresse e dificulta ainda mais o cotidiano de vida das mulheres. Campos (2011) destaca que:

Apesar das transformações ocorridas no mundo no século XX, que alteraram completamente a economia, a distribuição demográfica, os hábitos e costumes da população, produzindo muitos impactos na vida das famílias e particularmente na das mulheres, a condição feminina na sociedade ainda é ainda marcada pela discriminação tanto na esfera privada quanto na pública. Ou seja, a mulher segue sendo uma cidadã de segunda categoria. (p. 29)

Em vista da sobrecarga de trabalho as mulheres sofrem com precarização de suas condições de vida, diminuição de oportunidades para lazer e descanso, educação e cultura, entre outras atividades. Estas questões afetam a qualidade de vida das mulheres que além do trabalho remunerado também tem que responder pelas atividades domésticas, responsabilidade esta que se fundamenta na divisão sexual do trabalho e naturalização do feminino como específico do âmbito doméstico.

As desigualdades nas relações de gênero se materializam no cotidiano das mulheres de inúmeras formas como a reduzida participação política, menor controle sobre os bens materiais no âmbito familiar, menor remuneração em seu trabalho em todo mundo seja ele qual for, infinidade de formas de violência que ocorrem e marcam as vidas das mulheres em todos os países do globo. Com relação a nosso país e mais especificamente de nosso estado da federação, a autora Silvan (2011, p. 69-70) enfatiza que:

Do ponto de vista da dialética entre os gêneros, não é sem sentido afirmar que, apesar dos avanços recentes das políticas públicas dos governos federal e estadual para dar à população amazonense as condições básicas de inclusão social e as garantias constitucionais, ainda se encontra pela metade o processo de emancipação feminina [...]

Com relação ao mundo do trabalho, o corte geográfico entre os espaços rural e urbano não pode ser esquecido, principalmente quando se tem em discussão a questão de gênero. Sabemos que de uma forma geral há grandes diferenças comparativas entre mulheres e homens e tais diferenças se acentuam quando se analisa a realidade das mulheres em âmbito rural. A desvalorização do trabalho feminino nesse ambiente é uma constante e “um passo à frente seria o respeito e a valorização do importante trabalho realizado pelas mulheres em benefício da humanidade [...]” (ROSSINI; CALIÓ, 2011, p. 173), em todos os espaços de nossa sociedade.

Nas áreas rurais existem muitas mulheres trabalhadoras que além do trabalho diretamente nas atividades agrícolas, realizam o trabalho necessário ao consumo familiar que se expressam no cuidado com as hortas caseiras, plantas medicinais e dos animais de pequeno porte, transporte da água que retiram do rio, busca e armazenamento de lenha. As mulheres detêm o conhecimento tradicional, ensinado por suas avós e mães e possuem o aprendizado dos processos de produção que garantem a continuidade do desenvolvimento de forma sustentável. Segundo Simonian (2012), “[...] las mujeres son gaudianas de la biodiversidad y, em esto sentido, son centrales en la produccion del conocimiento que se puede definir como

ancestral [...]” (p. 314), nessa perspectiva, “la relación establecida entre as mujeres y lós procesos de conocimientos acerca de lós recursos naturales y de las tecnologías productivas fue construída, desde tiempos muy antiguos [...]” (idem, p. 313).

Na Ilha do Valha-me Deus, nos foi relatado por meio das entrevistas que além do trabalho realizado diretamente com os cultivos, as mulheres detém o conhecimento tradicional da fabricação de utensílios de barro, trabalho com a palha. Elas denominam as mulheres que detém muito conhecimento acerca desses trabalhos e que trabalham muito durante sua vida de “perigosa”. Para elas as mulheres perigosas são àquelas que “não param”, “não sabem ficar paradas”, sempre estão fazendo alguma coisa, desenvolvendo algum trabalho, seja em casa, na agricultura ou no artesanato. Abaixo temos um relato referente à mãe de uma das entrevistas considerada pela mesma como “perigosa”:

[...] mas ela era perigosa, minha mãe era muito disposta pra trabalhar, trabalhava, gostava de trabalhar [...] A mamãe sabia fazer tudo e eu não. Ela sabia fazer negócio de vasilha de barro, ela sabia, ela fazia peneira, negócio de tala isso ela fazia tudo, esse negócio de palha, tudo ela entendia [...] (ENTREVISTADA 4)

O trabalho realizado pelas mulheres tem um papel essencial na gestão dos recursos naturais e na construção de soluções sustentáveis a toda sociedade. “[...] A responsabilidade de gênero por tudo o que se pode ser transmitido como direito à preservação e conservação dos recursos naturais e à educação ambiental voltado às futuras gerações, vai ao encontro do que se entende como justiça social e ambiental.” (ROSSINI; CALIÓ, 2011, p. 186).

Por meio das observações realizadas no local da pesquisa, notamos que as mulheres da comunidade Ilha do Valha-me Deus possuem uma relação muito próxima e recíproca com a natureza e esta relação lhes permite obter não apenas os recursos naturais mais também todo um conhecimento de como lidar com a natureza no seu dia a dia e como utilizá-la em seus trabalhos cotidianos sem agredi-la. Essas mulheres detém o conhecimento das formas de diversos tipos de plantios e colheitas, sejam eles nos períodos de seca ou cheia, o conhecimento dos cultivos, da limpeza das áreas a serem trabalhadas, tudo isso devido o desenvolvimento dessas atividades desde crianças, acompanhando seus pais no trabalho, principalmente suas mães e/ou avós. São essas mulheres que trabalham com as hortas, constroem baldões nos quais cultivam cheiro-verde, coentro, couve, tomate, chicória, manjeriço, pimenta cheirosa, entre outras miudezas essenciais a alimentação da família. Geralmente, a produção agrícola que as mulheres atuam é de subsistência e sem os cultivos por elas realizados o consumo familiar ficaria comprometido, logo, percebe-se a importância

da relação que essas mulheres mantêm com a natureza (relação gênero-natureza) e o conhecimento adquirido por meio do mesmo ao longo de suas histórias.

Contudo, destacamos que é relevante englobar o enfoque de gênero para a construção de estratégias de desenvolvimento e políticas públicas diante das desigualdades entre homens e mulheres, além de identificar este enfoque como um elemento indispensável para o estabelecimento de linhas de ação que possibilitem o desenvolvimento sustentável e redução real em relação aos efeitos e impactos das disparidades de gênero. Nesse intuito, é estimável o desenvolvimento de políticas e programas que atendam às mulheres e que também gerem equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental.

2.3 Trabalho, Gênero e Mulheres Rurais

O trabalho da mulher rural se dá em todos os espaços, elas realizam atividades referentes à reprodução social da família e também àquelas referentes à produção de cultivos que visam a alimentação e geração de valor de troca. Apesar de esse contexto demonstrar que as mulheres desempenham ações até mesmo iguais às desenvolvidas pelos homens, ainda prevalece no imaginário e nas representações sociais da vida rural um papel de subordinação do sexo feminino uma vez que o trabalho realizado pelas mulheres é tido como ajuda, tendo menor ou nenhum salário, sem esquecer o precário acesso destas às políticas públicas.

No âmbito rural, constata-se a invisibilidade do trabalho das mulheres e “[...] esta problemática parte da limitada autonomia econômica e restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são frutos de seu trabalho, uma vez que nem sempre dominam os espaços de gestão e comercialização de sua produção.” (HERENDIA; CINTRÃO *apud* HERNÁNDEZ, 2009, p. 102). Nesse sentido, percebemos que a divisão sexual do trabalho neste contexto afeta de forma significativa a autonomia das mulheres, contribuindo para a opressão feminina no espaço rural.

A desigualdade entre homens e mulheres advém a partir das responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica e reprodutiva quanto no trabalho produtivo cuja contribuição é muito significativa, porém nem sempre reconhecida, nem remunerada no âmbito da agricultura familiar. Isso decorre das relações desiguais de gênero que se expressam da divisão sexual do trabalho que desvaloriza o trabalho feminino e privilegia o trabalho masculino fundada em uma relação hierárquica das atividades, reproduzindo tarefas tidas como próprias do homem e da mulher na agricultura familiar.

É importante destacar que no processo produtivo das fibras na comunidade pesquisada não notamos uma relação de hierarquia entre homens e mulheres produtoras. Existem mulheres que tem conhecimento e realizam todas as etapas do processo de produção das fibras, da plantação à lavagem, elaboração dos feixes e até mesmo a comercialização. Essas mulheres não são vistas como meras ajudantes do processo produtivo, elas são vistas como fundamentais para o desenvolvimento desta atividade uma vez que o trabalho por elas realizado é muito significativo para o sustento da família, principalmente àquelas que têm filhos pequenos. Muitas das famílias da comunidade expressam famílias matriarcais sendo as relações e decisões do âmbito familiar dirigidas pelas mulheres cujo papel na comercialização dos produtos (fibras e frutas) é decisivo.

No processo de divisão sexual do trabalho existem condicionantes culturais que originam a posição de cada membro da família na vida cotidiana e produtiva. Ao pai se atrela a imagem daquele que possui as condições e o conhecimento para realizar o processo de produção e comercialização dos cultivos apesar do fato de que os filhos e a esposa também conheçam as etapas do processo produtivo e comércio destes cultivos. Esses condicionantes reforçam a divisão do espaço privado como destinado à mulher e o espaço público ao homem.

De fato, ainda é comum a ideia de separar a esfera pública e privada na qual a participação do homem é claramente definida como o principal provedor e responsável pelo sustento familiar, enquanto que a participação da mulher é basicamente na esfera doméstica (espaço privado). Este aspecto é identificado como algo naturalizado, percebido assim pela própria mulher e reafirmado pela família. Inclusive, muitas vezes as múltiplas tarefas, que se traduzem em uma sobrecarga de trabalho, chegam a ser subestimadas pelas próprias mulheres. (HERNÁNDEZ, 2009, p. 106).

As tarefas domésticas são tidas como próprias das mulheres. Da mesma forma que o trabalho da mulher é tido como coadjuvante no processo produtivo da agricultura, o trabalho do homem nas atividades do lar é considerado como ajuda nesse âmbito de hierarquia que predomina na unidade familiar. “[...] O trabalho na agricultura é qualificado mais como ‘masculino’, não condizendo com a ‘natureza feminina’ qualificada como mais ‘delicada’ [...]” (AGUIAR; STROPASOLAS, 2002, p. 164), a partir disso, o trabalho da mulher é considerado leve e o trabalho do homem pesado reforçando posições de hierarquia, mesmo em situações em que as mulheres realizam atividades que necessitam de muito esforço físico como carregar água retirada do rio nas costas, esta atividade é tida como específica das mulheres, sendo considerada ‘leve’ uma vez que não é uma atividade que está diretamente ligada à produção de valores econômicos. Percebemos nesse sentido que na medida em que as

atividades são geradoras de renda estas são designadas como atividades masculinas, enquanto que as atividades que não produzem diretamente valor econômico são consideradas como tipicamente femininas, tanto é que cabe aos maridos o papel principal de gerenciamento das atividades produtivas.

A posição do jovem, em especial da jovem, na família se expressa em uma condição de subordinação. A visibilidade de rapazes e moças é restrita no processo de trabalho, sendo esta condição ainda mais marcante no caso das mulheres jovens. Apesar de constituírem em importante força de trabalho para a reprodução da família não recebem remuneração e vivem em uma situação de subordinação. As moças enquanto solteiras atendem às determinações do pai e caso elas efetivem casamento com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A respeito disso, Aguiar; Stropasolas (2002) contribuem:

As moças, de um modo geral, vivem insatisfeitas com sua condição. A divisão do trabalho na unidade familiar lhes destina o espaço da casa, a esfera doméstica. Nesse espaço se desenvolve um trabalho que não é considerado 'produtivo', na medida em que não possibilita o acesso à renda. O trabalho na lavoura, ao contrário, é identificado com a 'esfera produtiva', pois através dele é possível a obtenção de uma renda direta. Além disso, é considerado um tipo de trabalho inadequado para as mulheres, pois se trata de um trabalho pesado. Embora a mulher também circule nesse espaço e se envolva nesse trabalho, ele é percebido como um espaço masculino, dando ao homem a legitimidade para exercer sobre ele o seu controle, o que envolve a gestão e centralização dos recursos financeiros os quais venham a ser gerados nesse espaço. [...] (p. 167).

Nas mais variadas esferas como trabalho, poder de decisão na propriedade e negociações, renda, autonomia, sexualidade, liberdade, lazer, dentre outros, as mulheres encontram-se numa posição de desfavorecimento, e as mulheres jovens carregam um peso de submissão ainda maior nessa hierarquia social. A partir disso, é comum as jovens apresentarem o desejo de migrarem para a cidade acreditando que neste espaço irão conseguir um trabalho melhor que o desenvolvido na lavoura familiar, ou mesmo pretendem morar na cidade devido a vontade de estudar mais, em melhores condições, fazerem cursos, faculdade. As próprias mães dessas jovens, devido a sua experiência de vida, anseiam que suas filhas não tenham a mesma vida de trabalho na roça, casamento cedo, elas desejam que as filhas estudem, façam faculdade, obtenham um trabalho melhor.

As atividades de horta ou 'miudezas' são relacionadas tradicionalmente ao trabalho feminino. Apesar de essenciais à manutenção da família elas não têm sua importância reconhecida no âmbito da agricultura familiar na qual o espaço da produção é o que possui reconhecimento enquanto trabalho produtivo devido produzir diretamente valores de troca,

sendo este espaço de responsabilidade do homem e mesmo que a mulher atue intensamente nele seu trabalho é considerado complementar, cabendo a esta o espaço doméstico, reconstruído como território feminino.

[...] é a sociedade que forma a diferença entre sexos biológicos, de acordo com uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação de homens sobre mulheres, que também se manifesta na realidade da ordem social através da divisão do trabalho. (BORDIEU *apud* SILVA; SCHNEIDER, 2003, p.189).

Nessa divisão, a produção de valores de uso voltados à família e as atividades de reprodução, do cuidado com as crianças, idosos e doentes são consideradas atribuições femininas, ficando a atuação feminina restrita ao espaço privado, das atividades do lar, enquanto que a produção social e atividades de comando, realizadas no espaço público, ficam atribuídas aos homens. O trabalho familiar mantém desigualdades de gênero, numa hierarquia que privilegia a figura do homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. Silva e Schneider (2003, p. 189), enfatizam que na agricultura:

As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de hortas e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas ‘ajudam’, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária.

Na produção rural, a divisão do trabalho entre homens e mulheres é realizada em cima da oposição entre trabalho ‘leve’ para as mulheres e ‘pesado’ para os homens, todavia, existe certa flexibilidade nessa divisão uma vez que de acordo com as necessidades dos sujeitos, ambos fazem tudo sem distinção de sexo, isto é, se for preciso as mulheres pegam no pesado e o homem no leve. Isso demonstra e reforça a ideia de que as diferenciações entre os sexos é uma construção sociocultural já que as habilidades para desempenho de determinadas tarefas não são determinadas biologicamente e sim atribuídas a homens e mulheres por influências ideológicas e culturais, em cada espaço social e contexto histórico. Podemos observar isso a partir das falas dos entrevistados:

[...] tem trabalho que não é pra mulher, mas ela quer tá lá porque ama o marido, quer ajudar o marido, quer tá na luta, mas eu vejo que não é pra mulher tá lá, a minha mulher, por exemplo, quando nós não tínhamos filho, ela me ajudou muito capinando, cortando juta, lavando juta comigo, mas também eu não deixava ela ultrapassar daquilo que ela não aguentava, por exemplo, carregar um monte de juta no ombro, eu não deixava ela fazer isso porque eu sabia que não era pra ela [...] ela faz não por tanto que ela goste mas porque é preciso, ela ama o marido dela, ela vê o

sacrifício dele, coitado, ela tem pena dele, quer ta lá [...] o marido ta lá n'água, ela quer ta lá pra ajudar, tem pena dele, mas que não é pra mulher, não é não [...] (ENTREVISTADO 6)

Muito difícil, só quando não tem quem faça aí ele faz, um café, uma comida, cuida peixe. Quando tá sozinho, quando os meninos tão que eu saio é os meninos que faz. (ENTREVISTADA 1)

As falas supracitadas nos revelam que de acordo com as necessidades as mulheres desenvolvem atividades consideradas pesadas, no contexto do processo produtivo, e os homens aquelas consideradas leves, no âmbito doméstico. Isso demonstra que as habilidades designadas como próprias a cada um deles é uma atribuição social, construída ao logo da história de homens e mulheres em cada contexto sociocultural.

Apesar de em vários momentos, no contexto do trabalho na agricultura familiar, desenvolverem atividades iguais às dos homens, os grupos familiares, a comunidade e as próprias mulheres internalizam que as atividades por elas desenvolvidas são complementares e de ajuda ao marido ou pai. A mão de obra feminina utilizada nas atividades que produzem valor de troca nas áreas rurais representa uma grande economia nos gastos familiares, se as mulheres não trabalhassem nessas atividades, seria necessário grande dispêndio com a contratação de outros trabalhadores. Nesse contexto, notamos que o trabalho feminino é imprescindível ao grupo familiar não sendo um trabalho apenas de ajuda ou complemento. Nessa perspectiva, apresentamos abaixo falas dos entrevistados acerca da importância da mulher na família:

Bom, eu aqui em casa, meu papel na família é: praticamente eu sou a mãe de todos eles, dos meus irmão mais velho até essa pequenininha e até da minha vó aqui porque alguma coisa, assim: mana o que nós vamos fazer amanhã? Mana o qual é tua opinião? Mana ta acontecendo isso, ajuda nos aqui. Tudo é comigo, né, mamãe? [...], mana num tem o açúcar, mana num tem isso, mana ta faltando tal coisa, tudo é assim, mana amanhã vai ser nosso trabalho dá teu jeito de convidar alguém e quando eu não convidar eles fico até chateado, né, poxa mana tu não convidou, mas num é só eu. Então tudo é assim, então, é assim que é a minha situação aqui, né, então, eu queria também que eles tivessem, assim, eles que são homem, né, que eles fizessem como eu, né, que eu acho que se tudo nós fosse assim agente tinha mais as coisa [...] (ENTREVISTADA 5)

Porque os filhos num é mais com as mãe? Tudo é a mamãe. Aqui em casa é assim, eles não vão com o pai deles não, do mais velho ao menor aí é tudo com a mamãe [...] mamãe eu queria ir pra tal parage, eu queria ir pra tal festa, a senhora num deixava eu ir? Aí quando dá eu deixo, quando num dá eu num deixo, eles já sabe [...], o pai deles, ele não é esse pai, assim, de adorar os filho[...] aí eles já não vão mais com ele, se eles forem com ele: papai eu vou pra tal parage, tu já foi lá com a tua mãe? Então é assim, se for pra mandar: ..., mas tu já mandou o fulano fazer tal coisa? É assim, é como se eu fosse o marido sabe, é assim. (ENTREVISTADA 3)

Pra mim, assim, é muito bom, né, a importância duma mulher na família porque nós mulher temos que construir uma família, né, e quando, como a bíblia mesmo ela diz,

que nós, a mulher nasceu pro homem, o homem pra mulher e as vezes agente constrói uma família e num sabe levar até o fim, as vezes o marido quer ser carrasco e as mulher de hoje não quer mas padecer o que já padeceu no tempo passado, né, as mulher eram escravas do homem, hoje elas não são mais , num aceito, mas eu acho assim agente ser muito bom ser mulher, né [...] (ENTREVISTADA 2)

Na família é assim: é os filho, né, é os filho, é também assim: negócio da..., porque eles vão ficando grande, chega daquele tempo eles num quiere mais como nós ir pra igreja, num quiere mais obedecer nós pra ir pra igreja, já vão embora pra festa, né, vão, as vezes chego bebo, assim tonto, aí agente fica pedindo preles não fazerem isso, né, bebendo, num é bom [...] (ENTREVISTADA 1)

A importância da mulher na família é porque a mulher ela é sempre mais carinhosa que o marido, a mulher ela suporta um pouco [...],eu olho com muito cuidado pras mulheres porque a mulher hoje não é um objeto qualquer, a mulher é um ser que deve ser respeitado, a mulher hoje ta tendo uma acesso muito grande, um acesso livre no nosso país, então nós homem ou porque não dizer tanto homem quanto mulher tem que se respeitar, tem que se honrar porque a mulher sem um homem não pode e nem o homem sem a mulher também não pode, ambos tem que bater junto, se não tiverem junto o negocio não vai , fica difícil. (ENTREVISTADO 6)

O trecho 1 demonstra o quanto as mulheres possuem poder e influência nas decisões do âmbito familiar e relaciona a importância da mulher à preocupação e cuidado de toda família e sua responsabilidade em questões referentes ao trabalho da casa e da produção. O trecho 2 relata o quanto as mulheres possuem maior relação no que se refere ao cuidado e decisões referentes aos filhos dentro da família e relaciona a importância da mulher a este cuidar e decidir a respeito de seus filhos, a permissão para saídas e atribuição de tarefas a estes. O trecho 3 destaca a questão da importância da mulher para a manutenção da família unida, enfatizando acerca do bom relacionamento entre homens e mulheres (maridos e esposas). O trecho 4 expõe também a importância da mulher no relacionamento com os filhos no espaço familiar que se expressa na questão do aconselhamento destes filhos para não demonstrarem atitudes consideradas ruins para a família. O trecho 5, sendo a fala de um homem, descreve a mulher como mais carinhosa e paciente características estas que ficam arraigadas no pensamento da família fazendo com que tais “atributos” determinem a tarefa do “cuidar” à mulher, cuidar da casa, filhos, esposo, família como um todo, além disso, a fala do entrevistado faz um destaque à questão do respeito e bom relacionamento entre homens e mulheres.

De uma forma geral, as falas supracitadas descrevem o olhar que as mulheres possuem de si mesmas em relação à importância delas na família, elas não se veem como inferiores aos homens, eles se reconhecem como essenciais à família apesar de algumas delas destacarem mais as relações familiares, elas são fundamentais no trabalho e decisões no âmbito da produção agrícola.

Além da lida na produção agrícola, as mulheres são encarregadas pelo trabalho doméstico. A “identidade de gênero permanece fundada nos papéis de mãe e esposa, as necessidades da casa (incluindo as das crianças) se confundem com as da mulher e se colocam como prioritárias” (CARNEIRO, 1996, p. 13). Quando chegam dos roçados, das plantações, os homens, em geral, descansam, conversam entre os familiares ou vizinhos, deitam em suas redes, enquanto que as mulheres vão lavar roupa, preparar refeições, lavar louça, cuidar dos filhos pequenos, entre outras atividades. Quando as mulheres não realizam tantas atividades domésticas devido à necessidade ou preferência pelo trabalho na produção elas encarregam as filhas mulheres, que no contexto agrícola assumem desde cedo estas atividades.

Trabalho do campo é tudo nós, todo mundo trabalha, agora da casa eu deixo assim: quando nós num tamo aperriado com o trabalho fica a fulana em casa, ela que fica, ela que arruma, aí na outra semana fica uma, aí a outra vai, essa semana é duma da casa, aí quando nós temo um gadinho, quando o gado vem pra cá também, agente vai pra igreja, aí fica um, num domingo é dum, aí noutro domingo é da outra [...]
(ENTREVISTADA 2)

[...] eu divido porque, olha, quando eu vou pro trabalho da juta aí já fica outra no meu lugar na cozinha, já tem alguém que vai fazer a comida, vai limpar uma casa assim, aí quando as menina num tão os meninos fazem, e assim quando eu tou muito ocupada eu coloco um pra fazer lá [...]Porque, assim, aqui todos nós trabalha dos menor aos maior, quando eles chega da escola aí eu digo assim os que não pode nesse trabalho de juta, os que não sabe lavar eles vão passar do roçado pra cá, eles sabe dirigir rabetá, né, aí eles vão trazendo pra pendurar aí, aí quando agente chega agente só já vai pendurar, é assim, todos tem uma tarefa pra fazer [...]
(ENTREVISTADA 3)

Percebemos por meio das falas das entrevistadas que as filhas são encarregadas pelas atividades do âmbito da casa nos períodos em que as mães precisam se ausentar devido ao trabalho na produção, ir à igreja, ou outras ocasiões. Os filhos homens também assumem atividades domésticas quando as meninas se ausentam ou quando são mandados pelos pais, isto é, realizam trabalhos domésticos com menos frequência que as filhas mulheres. Além disso, desde pequenas as crianças ajudam nas atividades de produção agrícola: “trabalho do campo é tudo nós”, “todos nós trabalha dos menor aos maior”, por meio do estudo das famílias percebemos que as crianças são introduzidas no processo de trabalho desde cedo, seus pais foram criados assim e esse processo vão tendo continuidade ao longo das gerações mas com menos intensidade uma vez que os pais não tiveram tanto acesso ao estudo como seus filhos agora possuem e não desejam que seus filhos passem as dificuldades pelas quais passaram.

No que diz respeito à comercialização dos produtos da agricultura das famílias rurais, o espaço das negociações, apesar de pequenas exceções, é predominantemente a referência

masculina. As mulheres trabalham na produção mas quem vende são os homens, são eles que se informam dos preços com os vizinhos, através dos compradores e manipulam o dinheiro. As famílias interiorizam que o mundo dos negócios é mais adequado aos homens, que são eles que mais sabem lidar com os números, mas esta aptidão é construída por meio de um processo de socialização que treina os homens desde cedo, no interior da família, para este fim, logo, esta prática não é algo natural do homem, tanto eles quanto as mulheres podem desenvolver tais práticas. De acordo com sua história de vida existem mulheres que possuem muito mais habilidades com os negócios do que determinados homens.

A concentração de poder unilateral impede que a mulher tenha autonomia e reconhecimento e reforça uma representação de hierarquia do homem sobre a mulher, dele enquanto chefe, possuidor de poder. O que determina aptidões e habilidades são as necessidades e relações sociais que se estabelecem em âmbito familiar, a participação das mulheres nas tomadas de decisões, neste contexto, podem caracterizar subordinação ou equidade de gênero, uma participação efetiva destas mulheres expressa uma forma de reconhecimento das mesmas enquanto sujeito de direito.

Na divisão sexual do trabalho, o sistema que opõe os espaços público e privado impõe que a casa é responsabilidade das mulheres e a “rua”, dos homens. Apesar das mulheres assumirem atividades pertencentes ao espaço público, no âmbito da casa, do privado, são as trabalhadoras principais, sendo que os demais membros da família são considerados ajudantes quando desenvolvem alguma atividade nesse espaço. Quando trabalha na produção as mulheres não são liberadas do trabalho em casa, porque este é o espaço atribuído a ela, e nessa perspectiva percebemos o quão árduo e pesado torna-se o dia a dia das trabalhadoras rurais que desde crianças aprendem a conviver com esta realidade.

As meninas aprendem tudo com a mãe, no convívio diário, de como uma mulher deve ser uma boa dona de casa, esposa e mãe. O processo de socialização diferenciado para mulheres e homens é determinante nos comportamentos e habilidades apresentadas por estes. Em uma família cuja mulher-mãe é reprimida tem-se uma família que atua como agente de multiplicação de novas gerações nas quais mulheres são submissas aos homens.

Considerando o exposto, entendemos que é preciso buscar formas de reverter o modo de socialização diferenciada à homens e mulheres no interior da família visando uma mudança radical no imaginário sociocultural que permeia as relações entre homens e mulheres em vista de quebrar com a visão de que a dominância do homem sobre a mulher é algo natural, equilibrando as relações de gênero.

CAPITULO III

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

3.1 O Método e o Tipo de Pesquisa

Como abordagem metodológica nesta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa. O método qualitativo segundo Chizzotti (2006, p 79) pressupõe que:

[...] Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Preliminarmente, a pesquisa se iniciou com o levantamento e estudo da bibliografia produzida na área da produção das fibras de juta e malva, gênero, relações de trabalho e gênero e áreas afins. Foram consultados livros, artigos e trabalhos científicos, dentre outras obras, que abordavam as temáticas relativas à: histórico da produção das fibras no país, as relações de trabalho e gênero das mulheres trabalhadoras rurais e temas relacionados. Esse trabalho inicial foi fundamental à pesquisa, sem o qual não teríamos embasamento teórico suficiente para a análise dos dados coletados.

3.2 Descrição do Campo e os Informantes

A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2012 a junho de 2013, na comunidade ribeirinha Ilha do Valha-me Deus, esta comunidade pertence ao município de

Juruti/PA. É importante destacar que todo o processo de cadastramento, entrega de sementes e produção é realizada junto aos órgãos responsáveis localizados no município de Parintins/AM. A comunidade foco da pesquisa possui uma produção de juta e malva estimada entre 150 a 180 toneladas, é a maior produtora desta cultura na região.

Os estudos realizados não possibilitaram identificar o número de mulheres que trabalha na juta e na malva na comunidade em que foi realizada a pesquisa, portanto, foram selecionadas cinco mulheres que desenvolvem ou desenvolveram papel ativo na produção das fibras e aceitaram participar da pesquisa, assinando o termo de consentimento livre esclarecido. (Apêndice B).

Além das cinco entrevistadas, contamos com a participação no processo de coleta de dados do agente de desenvolvimento rural residente na comunidade, técnico agropecuário do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas) e o principal intermediário (comprador) das fibras produzidas na Ilha do Valha-me Deus e localidades próximas. As mulheres foram identificadas de acordo com a dinâmica de realização das entrevistas em uma sequência que vai da entrevistada 01 a 05. O agente de desenvolvimento rural é identificado com entrevistado 06 e o principal intermediário como entrevistado 07.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados e Pesquisa de Campo

Como técnicas de pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

- **Pesquisa bibliográfica** - foram utilizados textos, artigos científicos, livros que tratam da temática relativa à pesquisa: processo produtivo da juta e da malva, relações de gênero, trabalho e materiais relativos à questão sócio-ambiental na região do Amazonas.
- **Diário de campo e caderno de notas** – importantes instrumentos de pesquisa para o registro das entrevistas, dos relatos orais, interações e observações feitas durante a inserção do pesquisador no interior da vida social pesquisada.
- **Observação direta e sistemática** – esta é uma técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. O processo de observação é a aprendizagem de olhar o outro para conhecê-lo, e ao fazer isto, também passamos a nos conhecer melhor. Este processo foi realizado a partir de duas viagens feitas à comunidade, em cada encontro ficamos quatro dias na comunidade.

- **Realização de entrevista** – elaborada a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturadas aplicadas com as mulheres na comunidade em especial nas áreas produtivas. As entrevistas foram gravadas com autorização das pesquisadas, e os dados armazenados para as consultas ou dúvidas das envolvidas na pesquisa. Estes materiais estão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora.

- **História de vida** – técnica que permite fazer um relato retrospectivo da experiência pessoal das entrevistadas, em aspectos relativos aos fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos da experiência vivida (CHIZZOTTI, 2008). Os relatos gravados resgataram o histórico da participação das mulheres na produção das fibras desde quando iniciaram a produção, retratando ainda a história da participação de seus pais nesse processo.

Todos os participantes foram informados do que se tratava a pesquisa, objetivos, metodologia. Foi assegurada a confidencialidade e sigilo dos dados, e todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

3.4 Análise dos Dados

No que se refere à análise dos dados, os dados qualitativos coletados através da entrevista, história oral, observação direta e sistemática foram descritos a partir das falas dos oito entrevistados e analisados com base no referencial teórico apreendido durante o processo de pesquisa bibliográfica, nesse sentido, tal análise teve por base a fundamentação teórica apresentada nos dois primeiros capítulos deste trabalho.

CAPITULO IV

PERCEPÇÕES DAS TRABALHADORAS RURAIS DA MALVA SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO

A Ilha do Valha-me Deus é uma comunidade da zona rural do município de Juruti, estado do Pará. No local residem 54 famílias de acordo com dados obtidos por meio de entrevista com o presidente da comunidade. A Ilha do Valha, como é comumente chamada pelos comunitários, está localizada em área de várzea caracterizada como “[...] áreas que sofrem uma dinâmica sazonal de cheia e vazante dos rios da Amazônia” (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 236), tais ciclos dos rios influenciam diretamente no cotidiano dos moradores da comunidade.

Por ser localizada em área de várzea as terras da comunidade são propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Em muitas comunidades de área de várzea amazônica as atividades de maior destaque na economia são as agrícolas e pesqueiras. De acordo com Wagley *apud* Torres e Rodrigues (2010, p. 236) comunidades “[...] são grupos que se organizam para viver uma vida relativamente comum em seus aspectos sociais, econômicos e políticos [...]”.

A principal atividade econômica da localidade é a produção agrícola, em especial das fibras vegetais, além de outros cultivos de menores proporções como da melancia e jerimum. Algumas famílias também se dedicam à criação de gado e/ou búfalo e outros animais de pequeno porte como caprinos, suínos e aves sendo estes mais frequentemente destinados ao consumo familiar e desenvolvem ainda um trabalho agrícola de subsistência.

A infraestrutura urbana do local não apresenta saneamento básico. A água para as atividades diárias é retirada pelos moradores diretamente do rio, aqueles que possuem melhores condições dispõe de motor bomba para abastecer a caixa d'água particular que distribui água ao banheiro e cozinha da residência por meio de instalações feitas na mesma. A

energia elétrica comunitária é ligada apenas algumas horas, durante à noite, das 18 às 23, devido ao desenvolvimento das atividades escolares nesse horário e alguns moradores também possuem motor de energia próprio que utilizam caso houver necessidade.

A área urbana da Ilha do Valha é composta por cerca de 50 residências, uma igreja evangélica Assembleia de Deus, religião predominante das famílias da comunidade, uma casa pastoral na qual reside o pastor da igreja junto com seus familiares, duas pequenas casas comerciais, um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental e um centro cultural (FIG. 01).



Figura 01: Área da comunidade (casa pastoral e igreja, posto de saúde, escola, telecentro cultural)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A partir das observações realizadas no local da pesquisa podemos perceber que a instituição familiar e as relações em seu âmbito se expressam em elemento fundamental ao desenvolvimento e organização das atividades econômicas e, nesse contexto, a mulher desempenha um papel social de grande relevância. Sendo a agricultura o elemento central da economia do grupo doméstico tem-se um sistema agrícola composto de um conjunto de

produtos que constituem a alimentação das famílias. O cultivo da fibra da malva se destaca devido a mesma não ser um produto alimentício, mas representa a atividade agrícola que mais gera renda aos comunitários. Segundo técnico agropecuário do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, a Ilha do Valha-me Deus é a maior produtora de malva da região. Ainda que a comunidade se localize no município de Juruti, estado do Pará, a mesma mantém relações de produção da malva diretamente com o Amazonas, para recebimento das sementes e entrega do produto, além das orientações técnicas e cadastramento.

Na comunidade pesquisada a divisão sexual do trabalho se fundamenta nas dualidades do “público-privado” e “pesado-leve”. Nas observações e entrevistas notamos que é atribuída à mulher a atividade doméstica e no processo produtivo ela desenvolve atividades consideradas em seu contexto social com menos exigentes de esforço físico. Ao homem são atribuídas atividades como negociação das sementes e comercialização dos produtos, presidência das associações além de desenvolverem as atividades consideradas de maior dispêndio de energia física. Porém é preciso destacar que na comunidade de acordo com as necessidades das famílias homem e mulher realizam todos os trabalhos – público, privado, pesado e leve. Silva e Schneider (2010, p. 189) parafraseando Holzmann (2006) destaca que na divisão do trabalho:

[...] a produção de valores de uso direcionados para a família e as atividades de reprodução da espécie e do cuidado com crianças, velhos e incapazes foram consideradas atribuições femininas, restringindo a atuação feminina à esfera privada. Por outro lado, a produção social e o comando da sociedade, ou seja atividades realizadas no espaço público, ficavam ao encargo dos homens.

Observamos que a divisão sexual de trabalho no âmbito comunitário possui bastante influência da igreja. Sendo uma comunidade onde 90% dos moradores se consideram “evangélicos”, frequentadores da igreja Assembleia de Deus, notamos, por meio das conversas e comportamentos dos comunitários, os princípios e ideias pregadas pela igreja impregnados em sua vida cotidiana, enfatizamos aqui as concepções acerca da relação homem-mulher para a formação e manutenção da família a partir da qual homem e mulher devem construir sua família e mantê-la unida, possuindo uma relação de respeito entre o casal. Contudo, mesmo que esta relação pregue o respeito mútuo a opinião do homem prevalece sobre a da mulher uma vez que é o homem que tem que “tomar a frente” de sua família, segundo as doutrinas da igreja fundamentadas na bíblia. Tais concepções

influenciam na divisão sexual na medida em que a figura do homem é tida como aquele que assume as decisões da família o que inclui a casa e as atividades produtivas.

A igreja aconselha muito a família, a esposa tem que respeitar o marido, porque tem muitas mulher que sempre o pastor fala, assim, que elas não querem obedecer os marido, né, querem passar na frente do marido, as frenteiras, diz que não é bom ser a cabeça, né, do marido [...] Minha opinião é viver assim bem, sem tá teimando, né, é se querer bem e se eu querer alguma coisa, assim, eu vou pedir pra ele, aí se ele dizer que não eu não falo nada, muito difícil agente ta teimando. [...] (ENTREVISTADA 1)

[...] tem mulher que quer separar de homem, isso aqui não se tira, tem mulher que quer ser mais que homem [...] tanto homem quanto mulher tem que se respeitar, tem que se honrar porque a mulher sem um homem não pode e nem o homem sem a mulher também não pode, ambos tem que bater junto, se não tiverem junto o negocio não vai , fica difícil. (ENTREVISTADO 6)

[...] o governo de marido é pior do que de pai, que de pai você diz: papai eu vou ali, né, e com marido você só faz se o marido permitir [...] nós mulher temos que construir uma família, né, e quando, como a bíblia mesmo ela diz, que nós, a mulher nasceu pro homem, o homem pra mulher e as vezes agente constrói uma família e num sabe levar até o fim [...] (ENTREVISTADA 5)

Apesar das distinções existentes para as atividades atribuídas entre homem e mulher, na comunidade as mulheres desenvolvem trabalhos diversificados e são bastante participantes em todos os âmbitos de trabalho. Elas além de realizarem atividades de preparo para o plantio, também participam da colheita e lavagem das fibras vegetais considerados trabalhos pesados. Elas ainda cultivam hortaliças, frutas e legumes em balcões e em seus quintais, produtos estes destinados, principalmente, ao consumo familiar. A venda das frutas e leguminosas ocorre em raros casos, com exceção da melancia que é cultivada para consumo e mercado.

Mesmo as mulheres participando em diversas atividades e desenvolvendo trabalhos iguais aos homens no processo produtivo observamos que a noção de ajuda está presente no imaginário destas mulheres, tal visão vem sendo naturalizada na vida das mesmas baseada em fundamentos patriarcais de longo e grande alcance social no decorrer de toda a história da humanidade. Segundo Scott (1990, p. 08) “as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na ‘necessidade’ do macho dominar as mulheres. [...]”. Torres (2005) destaca que desde o período da colonização o patriarcalismo moldou um comportamento submisso e passivo à mulher amazônida uma vez que o europeu-colonizador já trouxe consigo o modelo de família patriarcal e no processo de formação das famílias nas “novas terras” disseminou-se esse modelo de família cuja mulher ideal deveria ser aquela confinada à esfera privada, destinada a ser mãe e cuidar dos filhos.

A nossa pesquisa demonstra que são as mulheres que realizam todo o trabalho de preparação da alimentação familiar, lavagem das roupas e louças, o cuidado com os animais de pequeno porte como galinhas, patos, porcos e animais domésticos, cuidado com os filhos pequenos, seguindo uma divisão sexual do trabalho, geralmente, comum no âmbito das comunidades rurais. Torres (2005, p. 154) enfatiza que:

O significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente podemos supor. Além de realizar o importante trabalho de preparo do plantio, participa também das atividades de colheita da malva, piaçava, lavagem de juta, considerados trabalhos pesados.

Os homens, em geral, realizam as atividades de pesca para o consumo familiar, atividade realizada com maior intensidade no período da cheia dos rios cuja quantidade de peixes cresce devido à procriação das espécies denominada de piracema. Outras atividades desempenhadas pelos homens são o conserto de barcos e motores de rabetas, transporte de pessoas para atividade escolar ou para outras localidades, construções de chiqueiros, galinheiros e também de casas, atividades estas que dependem de maior desgaste físico. “[...] também fazem a retirada da madeira, o conserto do motor de popa, a derrubada da mata para o plantio da roça, transportam produtos para serem comercializados [...], realizam trabalhos que requerem maiores dispêndios de força física [...]”. (TORRES; RODRIGUES, 2010, p. 241)

Na divisão sexual do trabalho, Torres e Rodrigues (2010) destacam ainda que a noção que se tem quanto ao que é considerado “leve” e “pesado” se relaciona com a ideia que os indivíduos possuem acerca das atividades que são realizadas na esfera do sistema produtivo. Mulheres e homens realizam tanto atividades “leves” quanto as “pesadas”, tal situação demonstra que o que é tido como “leve” e “pesado” é estabelecido a partir de construções determinadas culturalmente e devido a isso são relativas.

Uma atividade de grande importância no sistema produtivo familiar na qual a participação da mulher contribui significativamente é o trabalho coletivo do mutirão, denominado também de ajuri ou puxirum. Segundo Torres (2005), esta prática social é bastante antiga na Amazônia e mobiliza um número de pessoas, vizinhos, amigos, compadres e conhecidos com intuito de prestar ajuda na roça de determinada família que não possui mão de obra suficiente para dar conta da produção. Esse tipo de cooperação se dá em uma relação de “contrato informal”, digamos assim, uma vez que a família que está necessitando de auxílio tem por obrigação retribuir aos ajudantes com o mesmo tempo de serviço realizado em sua produção. “Essa forma de ajuda mútua, denominadas localmente de ajuri, puxirum ou

putirum era uma espécie de mutirão e se caracterizava como uma reação de trabalho com aspectos tradicionais.” (NODA, 2010 p. 125). Pinto (2010, p. 166) também reforça acerca dos mutirões, os ajuris para ele:

[...] Eram formas de cooperação e ajuda mútua e as redes de vizinhança, que definiam o espaço das vilas de pequenos produtores. Este espaço físico e social onde se desenrolavam as relações sociais de produção que asseguravam a reprodução das unidades de produção familiar.

A organização do mutirão é um exemplo da fundamental participação da mulher na unidade do sistema produtivo. A presença feminina nesse processo expressa quão imprescindível é o papel da mesma para a manutenção da família. Além das atividades realizadas em âmbito domiciliar, elas se ocupam, fora de casa, do trabalho na agricultura, nesse sentido, percebemos a relevância que o trabalho da mulher possui na produção familiar, ela reforça a união do grupo, mantém as relações focadas no processo produtivo.

4.1 Trabalhadoras da malva: condições socioeconômicas

Participaram da pesquisa um número de 05 mulheres trabalhadoras da malva residentes na Comunidade Ilha do Valha-me Deus. Estudamos os casos destas mulheres para identificar o modo de viver destas cultivadoras da malva e, desta forma, responder aos objetivos propostos nesta pesquisa.

A entrevistada 1 possui 55 anos de idade, casada, iniciou suas atividades na produção das fibras aos 16 anos de idade quando se casou para contribuir com a manutenção da família, atualmente não trabalha mais na produção, seus filhos assumiram a função. Possui o ensino fundamental incompleto sua religião é evangélica, frequenta a igreja Assembleia de Deus, sua família é composta 07 pessoas, casal e filhos. A principal atividade produtiva desenvolvida por sua família é a agricultura das fibras a partir da qual obtém uma renda mensal correspondente em média de R\$ 600,00, além disso, a família é atendida pelos Programas Bolsa Família e Bolsa Verde.

A entrevistada 2 tem 43 anos de idade, ela começou a trabalhar na produção das fibras com 10 anos de idade, mas mesmo antes desta idade já realizava pequenos trabalhos de capina na agricultura. É casada, estudou apenas a alfabetização, sua religião é evangélica, frequenta a igreja Assembleia de Deus, sua família é composta 08 pessoas, casal e filhos. As principais atividades produtivas desenvolvidas por sua família são a malva e a melancia. A

renda obtida com a venda da malva e melancia corresponde em média à R\$ 8.000,00 anual, além disso, a família é atendida por Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo a beneficiária uma das filhas da entrevistada que possui deficiência.

A entrevistada 3 tem 78 anos de idade, trabalhou na agricultura das fibras desde os 15 anos, na colheita e lavagem, primeiramente, com a juta e mais tarde com a malva, sendo que atualmente ela não mais trabalha na produção devido a idade avançada mas seus filhos e netos continuam na produção da malva. É solteira, sua religião é católica, possui o ensino fundamental incompleto, sua família é composta por 08 pessoas, entre filhos e netos. As principais atividades produtivas desenvolvidas por sua família são a malva e a melancia, além desses produtos, a família também cultiva jerimum, maxixe, pepino, milho e feijão com vistas apenas ao consumo. A entrevistada não soube identificar a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, além da obtenção dessa renda, a família é atendida por Benefício de Prestação Continuada e pelos Programas Bolsa Família e Bolsa Verde.

A entrevistada 4 tem 24 anos de idade, trabalha na agricultura das fibras em todos os processos desde o plantio até a comercialização. É solteira, sua religião é católica, possui o ensino fundamental incompleto, sua família é composta por 08 pessoas, mãe, filhos e irmãos. As principais atividades produtivas desenvolvidas por sua família são a malva e a melancia, além desses produtos, a família também cultiva hortaliças destinadas apenas ao consumo. Esta entrevistada reside com a entrevistada 03.

A entrevistada 5 tem 48 anos de idade, começou o trabalho na produção das fibras com seus pais quando tinha 11 anos. É casada, sua religião é católica, cursou parte do ensino fundamental, sua família é composta por 11 pessoas, casal e filhos, sendo que atualmente apenas 05 filhos estão residindo junto ao casal, os outros 04 estão residindo em outras cidades devido à necessidade de trabalhar. A principal atividade produtiva é a agricultura da malva, também criam um pequeno número de cabeças de gado, além de outros cultivos como melancia, feijão, milho e jerimum apenas para consumo. A renda obtida com a venda da malva corresponde em média à R\$ 1.700,00 anual, além disso, a família é atendida pelos Programas Bolsa Família e Bolsa Verde.

Observando-se as idades das mulheres que participaram da pesquisa verifica-se que elas estão distribuídas entre jovens, adultas e idosas, indo dos 24 aos 78 anos de idade, sendo que as mesmas ficam englobadas em duas situações: “desenvolveu trabalho na produção das fibras” (passado) e “desenvolve trabalho na produção das fibras” (presente): “Agente **vai** pra roça fazer só aquele trabalho.” (ENTREVISTADA 3). “Eu **trabalho**, assim, eu não paro.” (ENTREVISTADA 2). “Eu trabalho na malva desde os 10 anos.” (ENTREVISTADA 5).

“Agente **ia** com ele capinar, assim, a juta.” (ENTREVISTADA 1). “**Ia** pra roça, capinar serrado de roça.” (ENTREVISTADA 4).

Todas iniciaram o trabalho na produção desde muito novas, ainda eram crianças ou adolescentes e observamos que apenas as mulheres que possuem filhos pequenos atualmente ainda trabalham na produção das fibras devido à necessidade de sobrevivência e manutenção da família. Aquelas cujos filhos já são maiores, na medida em que estes já podem ou “dão conta” de trabalhar começam a substituir a mãe no trabalho de produção das fibras, mas mesmo ainda crianças os filhos contribuem com pequenos trabalhos no processo produtivo como transporte das fibras em canoas para os locais onde, após a lavagem, serão colocadas para secar.

Quando se observa o estado civil, percebe-se que das 05 mulheres, 03 são casadas e 02 solteiras. É importante destacar que a maioria das mulheres que nascem e permanecem nas comunidades rurais é casada esta questão propaga a ideia de que o casamento “prende” as mulheres no âmbito rural. “[...] A migração das mulheres ocorre durante a juventude, antes que formem família [...] o matrimônio é fator de permanência no meio rural, pois hoje ele não é a única perspectiva para as mulheres [...]” (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 205). As solteiras que permanecem na comunidade possuem vínculos muito fortes com a família, sendo elas as responsáveis por atividades essenciais à família, seja em casa ou na produção agrícola, elas possuem ainda papel fundamental nas decisões familiares devido a seu histórico de vida, o crescimento e desenvolvimento em famílias cujas relações se dão de forma matriarcal.

Quanto à escolaridade das mulheres que compõe a pesquisa, 04 das 05 mulheres possuem o ensino fundamental incompleto, uma delas apenas sabe ler e escrever por ter frequentado a alfabetização. Percebemos que ocorre a prevalência da escolaridade de ensino fundamental incompleto. Entre os motivos identificados por meio das entrevistas que levam as mulheres a não se dedicarem ao estudo no caso das de mais idade está o fato de no período em que as mesmas eram crianças não havia tanto acesso ao estudo quanto ocorre hoje, sendo necessário que os pais destas mulheres pagassem pessoas que sabiam ler e escrever para ensinar seus filhos.

No que se refere à religião, 03 das 05 mulheres se declaram católicas, e 02 delas afirmam ser evangélicas, frequentadoras da igreja Assembleia de Deus com sede na comunidade. Todas disseram que a religião à qual pertencem foi estabelecida desde pequenas, devido suas famílias pertencerem à determinada religião, sendo orientados junto à família a frequentar tal religião, dessa forma, é notável a influência da família nesse processo. É importante destacar que apesar de que na comunidade a prevalência da religião entre as

famílias ser evangélica, em nossa pesquisa temos um número a mais de mulheres católicas e atribuímos a isso a questão de que a religião católica é mais aberta às questões referentes ao trabalho da mulher, mesmo propagando ideias de supremacia do homem perante a mulher, tanto que as mulheres que mais se dedicam à atividade de produção das fibras, no âmbito da comunidade, são pertencentes à religião católica.

Ao observarmos a composição familiar das mulheres pesquisadas percebemos que elas fazem parte de famílias numerosas que possuem de 07 a 11 membros, principalmente, formadas por casal e filhos, sendo 03 das 05 famílias formadas por mãe, irmãos, filhos e netos. As famílias numerosas ou extensas são comumente presentes no âmbito das comunidades rurais, as famílias das mulheres pesquisadas reforçam esta questão. Ferreira (2009) destaca que a constituição da família nas áreas rurais pode se expressar de duas maneiras: extensas ou nucleares e conjugais, segundo ele, a família conjugal é constituída pelos cônjuges e sua prole. Já a família extensa, de acordo com Wolf *apud* Ferreira (2009, p. 54), consiste:

Um varão com muitas mulheres seus filhos. Diversos grupos nucleares têm em comum nesse caso o cabeça da família (macho). Pode consistir em famílias nucleares pertencentes a diversas gerações tal como quando uma unidade familiar contém o camponês e as mulheres e, muitas vezes, o filho mais velho do camponês que mora com a mulher sob o teto paterno; em outras palavras, outro grupo nuclear.

A principal atividade produtiva é a agricultura, sendo que a produção das fibras de malva se destaca como o principal cultivo devido à comercialização do produto possibilitar maior renda entre os outros cultivos. A renda obtida com a venda da fibra da malva entre as famílias pesquisadas vai de 600 a 9.000 reais dependendo da quantidade produzida por cada uma. Com relação aos Programas Sociais, todas as famílias das mulheres pesquisadas são atendidas pelos Programas Bolsa Família e Bolsa Verde, 02 das 05 recebem BPC.

Segundo informações obtidas no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa Bolsa Verde faz parte do Plano Brasil sem Miséria e seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental. É coordenado pelo MMA e possui vários parceiros. Concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. O Bolsa Verde foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 e possui como objetivos:

- 1) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável),
- 2) promover a cidadania e melhoria das condições de vida,
- 3) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e
- 4) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013)

As casas das mulheres pesquisadas seguem a um modelo de construção comum na comunidade, todas elas são construídas de madeira com assoalhos suspensos devido à localização em área de várzea, isto é, as casas estão propensas a inundações. A distribuição dos cômodos se dá de forma semelhante, a parte interna da casa, geralmente, é dividida em três compartimentos: a sala, o quarto e a cozinha, sendo que algumas das casas possuem mais de um quarto.

As condições de vida das mulheres que participaram da pesquisa representam a realidade da maior parte das mulheres moradoras de área rural, mulheres que não tiveram acesso à educação, sendo o ensino fundamental completo ou incompleto o nível de escolaridade predominante dos moradores de comunidades rurais; casaram-se ou engravidaram cedo, ainda na adolescência, desenvolvendo famílias com grande número de filhos; iniciaram o trabalho na produção agrícola desde crianças; aprenderam com as mães e/ou avós os trabalhos domésticos e também com elas e/ou pais o conhecimento sobre os pequenos cultivos, desenvolvendo o trabalho como prioridade diante da educação devido a necessidade de sobrevivência e o pouco acesso à escola.

Estudos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2008), destacam que o rendimento médio mensal do trabalho principal para a família nas áreas rurais do país se limita a 35% (R\$ 360) do rendimento médio mensal do trabalho principal daqueles que vivem nas cidades (R\$ 1.017). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006) indicam que no Brasil, de 3,9 milhões de proprietários rurais, 82% eram analfabetos ou não tinham completado o ensino fundamental.

Uma questão importante é que as mulheres produtoras rurais de malva, e, de forma geral, os moradores de área de várzea vivem em situações cotidianas que são influenciadas diretamente pelo ciclo de cheia e seca das águas dos rios. O calendário de desenvolvimento da agricultura da várzea - o que inclui a malva (F IG. 02) -, por exemplo, é organizado, na maioria das vezes, levando-se em consideração o regime fluvial e, também o pluvial (inverno e verão). “[...] Sem a enchente e a cheia, que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como terras de trabalho

não seriam possíveis”. (WITKOSKI, 2007, p.191). Posey e Toledo *apud* Mendonça (2007, p. 97) contribuem ao dizer que “[...] por meio de observações atentas aos ciclos naturais, da troca de informações entre os pares sociais e do legado cultural, estas populações constroem seu modo de intervir na natureza.”



Figura 02 – Malva: período da seca e cheia.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O período da seca compreende os de agosto, setembro e outubro. Nesse período a atividade agrícola é intensa, são realizados plantios de espécies, entre eles a malva, direcionadas para o mercado consumidor, quanto as que se destinam ao consumo exclusivo da unidade familiar. Os meses de novembro, dezembro e janeiro formam o trimestre da estação mais amena, com condições favoráveis ao desenvolvimento das espécies agrícolas. O trimestre de fevereiro, março e abril compõe à enchente (subida das águas) e ao período chuvoso. Maio é o mês que marca uma fase de transição, geralmente, ocorre a normalização das chuvas e o nível das águas atinge o nível máximo. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da cheia, quando grande parte das áreas cultiváveis fica submersa. Os meses de julho e agosto marcam o início da vazante, período de reintegração de áreas submersas à atividade agrícola.

Além das atividades agrícolas existem outras situações em que os ciclos das águas influenciam diretamente no dia a dia dos moradores de áreas de várzea. No período da seca, os moradores precisam realizar longas caminhadas do local de atracamento de embarcações até a área urbana da comunidade, a água fica longe das casas, o que dificulta o abastecimento de água para as residências, pois além do peso dos utensílios utilizados para o transporte e armazenamento de água a distância torna o trajeto ainda mais difícil. No período da cheia as

embarcações atracam quase que nas portas das residências e o abastecimento de água para os domicílios se torna menos cansativo devido à proximidade entre água e casas, além disso, os moradores tomam banhos de rio em frente às suas casas e constroem pontes para lavar roupa, porém quando a cheia é grande é necessária a construção de pontes para o deslocamento por toda área urbana da comunidade.

O ciclo das águas tem papel preponderante no modo de vida dessas populações, realizando a fertilização natural das terras de várzea, áreas que são bastante utilizadas para fazerem plantios de culturas de ciclo curto. É, também, das águas do ambiente de várzea que sai o principal alimento das populações ribeirinhas – os peixes – sendo que a pesca é intensificada de acordo com cada período. A rotina dos moradores é diferenciada de acordo com o ciclo das águas, a comunidade muda sua aparência, os comunitários adéquam seu cotidiano de acordo com as situações de seca ou cheia (F IG. 03).



Figura 03 – Ciclos de cheia e seca do rio na comunidade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

4.2 Processo produtivo da malva: divisão sexual e relações de trabalho

Na região da Amazônia, especificamente a área rural, notamos a participação da mulher na agricultura familiar, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do processo de produção. O ambiente da agricultura familiar se caracteriza pelos meios de

produção que são a terra, a floresta, a água e a mão de obra utilizada é basicamente composta pelos membros da família. Segundo Witkoski (2007, p.183), “a estrutura organizacional da família camponesa é decisiva para a obtenção dos meios de vida, pois, quem produz é a unidade de produção familiar, como se fosse um trabalhador coletivo: sem família não há produção e sem produção não há família. [...]”. A tecnologia utilizada nestes espaços é simples e limitada quanto ao seu impacto sobre o meio ambiente, existe, assim, uma relação com a natureza que pressupõe a elaboração de estratégias de uso e manejo de recursos naturais, saberes estes que são passados de geração a geração pelas histórias, mitos, crenças da população ribeirinha e nesse processo de transmissão de conhecimento a mulher se faz presente com bastante intensidade. Ferreira (2009, p. 19-20) reforça:

As modalidades de trabalho, no interior da unidade de produção familiar, giram em torno do sistema agroflorestal que de certa forma guia a vida socioeconômica camponesa. Nesse sentido, esse tipo de manejo, que se relaciona diretamente com a natureza e dela depende, implica produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental e com um fim específico – a sobrevivência.

No cultivo das fibras também é grande a presença da mulher, em todas as etapas do processo. Contudo ainda é reduzido o número de pesquisas no sentido de identificar quantas e onde estão estas mulheres inseridas nos processos produtivos rurais na Região, em especial no Baixo Amazonas. Através dos estudos e discussões sobre gênero podemos entender a divisão sexual do trabalho, os papéis atribuídos socialmente ao homem e a mulher, tanto no âmbito da família, como da sociedade como um todo, nessa perspectiva, estes estudos nos possibilitam entender a opressão feminina e as relações de poder entre os sexos.

O estudos de Sousa *et al.* (2008) indicam que as mulheres labutam na agricultura familiar durante todo ano, de segunda a domingo, e participam de todas as atividades direta e indiretamente associadas à agricultura: comercialização da produção, cuidado com animais e trabalho agrícola. Na Ilha do Valha-me Deus observamos que as mulheres possuem conhecimento de todas as etapas do processo produtivo agrícola, elas sabem desde como plantar até como comercializar os produtos, não apenas as fibras, mas também a melancia, segunda atividade produtiva que mais gera renda na comunidade:

Esse trabalho da juta ele é um trabalho aperriado, até que no plantio até que não, agente **planta** com máquina manual, também na **capina**, mas na **cortação**, na **lavação** você tem que se virar porque senão ou ela estraga ou ela vai apodrecer tudo [...] (ENTREVISTADA 3)

Se for preciso eu faço. [comercialização] (ENTREVISTADA 5)

Apesar de deterem o conhecimento de todas as etapas do processo de produção das fibras, algumas mulheres não mais trabalham nessa produção, o principal fator que faz as mulheres se afastarem do processo produtivo da malva é o crescimento e substituição da sua mão de obra pelos filhos, principalmente os meninos, além da questão do envelhecimento, pois com o avanço da idade as mulheres já não mais querem ir trabalhar dentro d'água, no desfibramento da malva. Existem também mulheres que mesmo detendo todo o conhecimento do processo trabalham na produção, mas não em todas as etapas isso porque existe uma divisão sexual do trabalho produtivo das fibras:

Pra afogar tem que tirar pau, pegar terra pra botar no toco da juta pra sentar, só para homem mesmo [...] Eu não carregava, não afogava, só cortava mesmo e lavava, jogar no varal fiz bem mesmo, estendia tudinho, aí quando enxugava, recolhia. (ENTREVISTADA 1)

[...] Tem trabalho que não é pra mulher [...], eu vejo que não é pra mulher ta lá, a minha mulher, por exemplo, quando nós não tínhamos filho ela me ajudou muito capinando, cortando juta, lavando juta comigo, mas também eu não deixava ela ultrapassar daquilo que ela não aguentava, por exemplo, carregar um monte de juta no ombro eu não deixava ela fazer isso porque eu sabia que não era pra ela, até lavar tudo bem. (ENTREVISTADO 6)

Na comunidade, a começar pelas sementes, por meio das entrevistas pudemos perceber que são os homens que as recebem ou realizam a troca das fibras pelas sementes junto aos órgãos governamentais ou intermediários. O plantio é realizado pelos homens, são raros os casos de mulheres que realizam a semeadura. Quando a planta da malva começa a crescer até alcançar determinado trabalho são as mulheres que realizam o trabalho de capina do terreno para a retirada de mato prejudicial à plantação. Ao alcançar o tamanho ideal, quando é considerada madura, a planta da malva começa a ser cortada, é o período de colheita, trabalho desenvolvido principalmente pelos homens, as mulheres desenvolvem tal atividade de acordo com a necessidade. Após o corte, os homens pegam as plantas de malva cortadas e distribuem em feixes, posteriormente, esses feixes são afogados na água, ficando imersos por um período de seis dias. Passados esses dias, os feixes passam pelo processo de desfibrilamento, a fibra começa a ser retirada, atividade esta realizada dentro d'água por homens e mulheres (FIG. 04) de acordo com a necessidade.



Figura 04: Mulheres de fibra – trabalho na malva (capina da plantação e desfibrilamento)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Com a fibra retirada é necessário realizar o transporte delas para o local onde ficam localizados os varais destinados à secagem da fibra. O transporte é, geralmente, realizado pelas crianças e mulheres e estas últimas são as principais responsáveis por colocar a fibra para secar nos varais (FIG. 05). Feita a secagem, os homens realizam o trabalho de enfardamento das fibras para a comercialização dos fardos. A comercialização das fibras na comunidade é realizada por homens e mulheres de acordo com o contexto familiar visto que existem famílias em que as mulheres assumem tal função e há outras em que as mulheres só comercializam quando os homens estão ausentes por algum motivo no momento da negociação.



Figura 05: Varais de secagem das fibras localizados em frente às casas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Além do processo produtivo das fibras, podemos destacar a divisão sexual do trabalho na comunidade a partir das observações de outras atividades. Na Ilha do Valha-me Deus, as mulheres também são as responsáveis pelos cultivos de plantas miúdas (feijão, milho, banana, hortaliças), realizam as capinas para retirada dos matos prejudiciais aos cultivos, se dedicam ao trabalho nos balcões onde plantas verduras (cheiro-verde, couve, coentro, tomate) para o consumo familiar, são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos pequenos. No âmbito da agricultura, estudos revelam (DESER – CEMTR/PR *apud* SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.189) “que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar [...]”. Na Ilha do Valha-me Deus as mulheres apesar de desenvolver trabalhos de grande importância na produção são elas as responsáveis pelos cuidados no âmbito do lar e atividades reprodutivas e de manutenção da família.

Os homens também realizam o trabalho com os animais de pequeno e médio porte (galinhas, porcos, cabras, cavalos, gado, búfalos), constroem as acomodações destes animais (galinheiros, chiqueiros, currais) e realizam os consertos necessários em casa como nos motores rabetas e nas embarcações próprias e também comunitárias. Na divisão do trabalho:

“[...] a produção de valores de uso direcionados para a família e as atividades de reprodução da espécie e do cuidado com as crianças, velhos e incapazes foram considerados atribuições femininas, restringindo a atuação feminina à esfera privada. Por outro lado, a produção social e o comando da sociedade, ou seja, atividades realizadas no espaço público, ficavam ao encargo dos homens” (HOLZMANN *apud* SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.189).

É importante destacar que “[...] é a sociedade que forma a diferença entre os sexos biológicos, de acordo com uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação de homens sobre mulheres, que também se manifesta na realidade da ordem social através da divisão do trabalho.” (BORDIEU *apud* SILVA; SCHNEIDER, 2010, p.189)

Sem desprezar as diferenças biológicas entre os tipos feminino e masculino, a perspectiva de gênero busca ultrapassar as características biológicas ao conceber homens e mulheres por meio de papéis sociais construídos historicamente, sendo que os papéis sociais também podem moldar os tipos biológicos, nessa direção, as relações de gênero se expressam naquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres.

Percebemos, assim, a importância do estudo da situação da mulher e das relações de gênero no meio rural. É preciso ressignificar o trabalho da mulher, dando a ela o reconhecimento e a valorização que lhe cabe. O trabalho desta não é ajuda, mas sim uma contribuição econômica fundamental na produção rural. Dar viabilidade ao trabalho da mulher é urgente, não somente na agricultura familiar, mas em todos os setores sociais e econômicos, em atividades socioculturais e na sustentabilidade ambiental da Amazônia.

4.3 Percepções sobre Ser Mulher, Gênero, Trabalho e Família

Tendo em vista atingir aos objetivos propostos deste estudo, sendo as trabalhadoras rurais de malva residentes na comunidade Ilha do Valha-me Deus as sujeitas da pesquisa, neste momento, buscaremos verificar as percepções que estas mulheres possuem referentes ao ser mulher, as relações de gênero, trabalho e família.

Por meio das falas das entrevistadas, notamos o que elas percebem sobre si mesmas, sobre ser mulher, sobre o que ensinam e orientam as filhas acerca de como se comporta enquanto mulheres, como ser mulher:

Eu converso com elas, eu digo olha minha filha, se eu ainda voltasse a ser moça, voltasse a ser menina, eu não queria mais ter marido na minha vida. Mas por que mamãe? Porque não é fácil agente ter marido. Eu pensava assim: ai, eu quero me casar, quero sair do poder do meu pai, eu já tou cansada de trabalhar, eu quero me casar que aí eu vou deitar na minha rede, dormir, descansar, é, era assim que eu pensava, mas não dizia pra ninguém [...], e eu digo pra elas: casar é uma responsabilidade muito grande. E o governo de marido é pior do que de pai, que de pai você diz: papai eu vou ali, né, e com marido você só faz se o marido permitir. (ENTREVISTADA 2)

Através da fala, notamos que a entrevistada tinha anseio de casar para sair do que ela chama de governo de seu pai, mas o que ocorreu a partir de seu casamento foi uma alteração

do governo que das mãos do pai passou às do marido. A entrevistada relata a ideia do poder que o marido detém sobre a esposa em seu âmbito familiar que vai se propagando na história desde o pai, passa ao marido e os filhos vão se orientar nessa linha. Ela orienta as filhas por meio de sua própria experiência de vida. De acordo com Torres (2005, p. 54), “a instituição familiar constitui-se no espaço inicial onde essa percepção naturalizada se processa, de vez que a família cumpre uma função básica na sociedade que é a reprodução da espécie e a transmissão de hábitos e costumes”, tendo a mulher papel essencial na socialização dos filhos. E acerca da orientação das filhas por das mães, outra entrevistada relata:

Eu ia ensinar também educação, botar pra estudar, botar pra aprender a fazer as coisa assim na cozinha, assear a casa, arriar a louça, pra mim era isso também [...] Respeitar o seu marido, porque tem muita mulher que não quer obedecer o marido. [...] Quando se casar é pra respeitar seu marido, num tá brigando, num tá falando as coisas. (ENTREVISTADA 1)

A educação é algo que a entrevistada acredita ser importante para a vida das filhas e, além disso, para a mesma, é fundamental o aprendizado das atividades domésticas, o que nos faz refletir que ela acredita que tais atividades são atribuições das mulheres. Além disso, a entrevista orienta como se comportar no casamento, o respeitar ao marido. Esse respeito reforça e propaga a ideia do homem detentor do poder no âmbito familiar. Nesse sentido, Giddens (1993, p. 148) salienta que:

A divisão sexual do trabalho permanece substancialmente intacta; em casa e no trabalho, na maioria dos contextos das sociedades modernas, os homens em sua maioria não desejam soltar as rédeas do poder. O poder está relacionado aos interesses e obviamente a considerações absolutamente materiais que ajudam a explicar por que isso ocorre deste modo [...]

Em contrapartida, as falas a seguir, apresentam a ideia da mulher não se deixar dominar pelo homem, demonstra certo rompimento com a visão do homem enquanto detentor do poder. Revela a valorização da mulher, de sua inteligência, seus direitos. Antes de qualquer coisa, o ser mulher, para as entrevistadas, é não se deixar rebaixar pelo homem. Segundo elas:

O que é ser mulher, tem que ser [pequena pausa para pensar], num tem que ficar rebaixada pelo homem, né, é porque antes tudo era o homem, né, hoje a mulher ela já tem mais valor e até mais inteligência de que o próprio homem, né, porque antes só era o homem que fazia negócio né, só o homem que tinha direito nas coisa, hoje não, hoje já somo nós mulher que estamos em primeiro lugar que os homens. Ser mulher é uma coisa muito boa pra gente que somo mulher, agente tem que se valorizar, não deixar mais se rebaixar por causa de homem. (ENTREVISTADA 5)

Às vezes o marido quer ser carrasco e as mulher de hoje não quer mais padecer o que já padeceu no tempo passado, né, as mulher eram escravas do homem, hoje elas não são mais [...] (ENTREVISTADA 2)

As entrevistadas relataram acerca do que elas pensam quanto à importância da mulher na família:

Pra mim, assim, é muito bom, né, a importância duma mulher na família porque nós mulher temos que construir uma família, né, e quando, como a bíblia mesmo ela diz, que nós, a mulher nasceu pro homem, o homem pra mulher e, às vezes, agente constrói uma família e num sabe levar até o fim [...] (ENTREVISTADA 2)

Na família é, assim, é os filho, né, é os filho, é também, assim, negócio da [pausa para pensar] porque eles vão ficando grande, chega daquele tempo eles num quer mais obedecer nós [...] já vão embora pra festa, né, vão, as vezes, chego bebo, assim tonto, aí agente fica pedindo preles não fazerem isso, né, bebendo, num é bom. (ENTREVISTADA 1)

Porque os filhos num é mais com as mãe? Tudo é a mamãe. Aqui em casa é assim, eles não vão com o pai deles não, do mais velho ao menor aí é tudo com a mamãe [...] mamãe, eu queria ir pra tal paragem, eu queria ir pra tal festa, a senhora num deixava eu ir? Aí quando dá eu deixo, quando num dá eu num deixo, eles já sabe [...] (ENTREVISTADA 3)

Para as entrevistadas a importância da mulher está no cuidar. Após construída a família tem que haver o cuidado para que ela seja “levada até o fim”, isto é, permaneça unida. Além do cuidar da família em si, as falas destacam o quanto são as mulheres as principais responsáveis pelos filhos, o cuidar, orientar, conversar, entre outras questões, que são atribuídas às mães realizarem e, geralmente, os filhos possui maior abertura para falar sobre qualquer assunto com as mães do que com os pais. Silva e Schneider (2003, p. 189), enfatizam que:

As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de hortas e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas ‘ajudam’, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária.

A seguinte fala também relata a questão do cuidar da família, de todos os seus membros, não destaca apenas o cuidado com os filhos, além disso, aparecem o cuidar das questões referentes à casa e ao trabalho:

Bom, eu aqui em casa, meu papel na família é, praticamente, eu sou a mãe de todos eles, dos meus irmão mais velho até essa pequenininha e até da minha vó aqui porque alguma coisa, assim: mana, o que nós vamo fazer amanhã? Mana, o qual é

tua opinião? Mana, ta acontecendo isso, ajuda nós aqui. Tudo é comigo, né mamãe? Eu pego a roupa deles, eu lavo, as vez até ela é teimosa, também pega, ela vai lavar. E quando ta faltando uma coisa, acabou a farinha, dá teu jeito, ele diz assim, né. Mana, num tem o açúcar, mana, num tem isso, mana, ta faltando tal coisa, tudo é assim. Mana, amanhã vai ser nosso trabalho, dá teu jeito de convidar alguém e quando eu não convido eles fico até chateado, né, poxa mana, tu não convidou, mas num é só eu. Então tudo é assim [...] (ENTREVISTADA 5)

A entrevistada é responsável não apenas da família, do cuidado com a casa, das atividades domésticas, dos alimentos que estão faltando, ela também faz parte das decisões referentes ao trabalho na roça. Além de ela própria realizar o trabalho na produção agrícola, ela também fica responsável por convidar outras pessoas para ajudarem no trabalho produtivo. Desenvolver os trabalhos em casa e na produção torna-se muito cansativo e, nesse sentido, ocorre a divisão do trabalho das mulheres com os filhos, principalmente as meninas na medida em que elas passam a assumir as atividades domésticas enquanto as mães realizam outros trabalhos, Noda (2010) destaca que na produção das fibras as mulheres ajudam os homens na medida em que as filhas assumem tarefas da casa:

[...] eu divido porque, olha, quando eu vou pro trabalho da juta aí já fica outra no meu lugar na cozinha, já tem alguém que vai fazer a comida, vai limpar uma casa assim, aí quando as menina num tão os meninos fazem, e assim quando eu tou muito ocupada eu coloco um pra fazer lá. [...] Eu acho muito cansativo o trabalho de uma casa, mais do que da roça porque agente vai pra roça fazer só aquele trabalho. Agente vai fazer o trabalho de uma casa nunca fica pronto, tudo as coisa que agente quer, porque se agente lava, assim, aqui, ali já tá sujo, faz a comida aí já fica aquele bocado sujo, aí tem que lavar de novo e o tempo vai passando, anoitece a agente não consegue. É muito cansativo. (ENTREVISTADA 3)

Trabalho do campo é tudo nós, todo mundo trabalha ,agora da casa eu deixo assim: quando nós num tamo aperrado com o trabalho fica a fulana em casa, ela que fica, ela que arruma, aí na outra semana fica uma, aí a outra vai [...] Eu trabalho assim, eu não paro, meu trabalho agente não para com o marido. (ENTREVISTADA 2)

As falas acima são de mulheres que ainda desenvolvem o trabalho na produção das fibras. A fala a seguir é referente a uma mulher que, atualmente, não mais trabalha na produção, apenas no do âmbito doméstico, ela descreve um pouco do trabalho por ela desenvolvido:

O meu que eu sei mesmo é mais da cozinha mesmo, né, lavar roupa, fazer o alimento, assear a casa. Ele cuida da comida pra peixe, as vez quando tem trabalho ele vai trabalhar com os menino, roçar por aí, pra gente plantar alguma planta, aí pro outro lado onde é nosso terreno, alimpar, né. (ENTREVISTADA 1)

Além do trabalho dela, a entrevistada relata quais as atividades desenvolvidas por seu esposo. Por meio dessa fala, percebemos uma divisão do trabalho entre privado e público nos quais a casa e a roça são espaços que se dualizam. A partir dessa dualidade, o homem raramente realiza as atividades domésticas:

Muito difícil, só quando não tem quem faça, aí ele faz, um café, uma comida, cuida peixe. Quando tá sozinho, quando os meninos tão que eu saio é os meninos que faz. (ENTREVISTADA 1)

Eles não enche água, eles não varre casa, num passo pano, num faze comida, num cuida peixe, só mesmo quando agente tá doente. (ENTREVISTADA 5)

Nesse contexto, Sacks (1979) enfatiza que o status feminino torna-se subordinado e doméstico, já que a sociedade de classes resulta na dicotomia entre as esferas pública e privada. Sendo o trabalho social ou público a base fundamental para o status social adulto do qual as mulheres são excluídas, nega-se, nesse sentido, a condição delas enquanto adultas e defini-as como tuteladas do homem. Por conta disso, o trabalho masculino é considerado como produtivo e o feminino apenas como uma força conservadora, na medida em que mantém a casa, o marido e os filhos, isto é, realiza a manutenção da força de trabalho presente e futura. As atividades domésticas são atribuídas às mulheres no âmbito familiar das pesquisadas. Com relação às atividades na produção agrícola, principalmente das fibras, elas relatam que todos os membros da família contribuem para a produção, realizando, assim, um trabalho com base na agricultura familiar:

Porque, assim, aqui todos nós trabalha dos menor aos maior, quando eles chega da escola aí eu digo assim os que não pode nesse trabalho de juta, os que não sabe lavar eles vão passar do roçado pra cá, eles sabe dirigir rabeta, né, aí eles vão trazendo pra pendurar aí, aí quando agente chega agente só já vai pendurar, é assim, todos tem uma tarefa pra fazer [...] (ENTREVISTADA 3)

Trabalho do campo é tudo nós, todo mundo trabalha [...] Nós fomo acostumado mesmo a trabalhar, meu pai, minha avó, botava nós pra trabalhar mesmo, nós tinha que trabalhar, então eu fiquei com esse costume de não parar. (ENTREVISTADA 2)

Como já mencionado anteriormente, as mulheres que participaram da pesquisa são mulheres que desenvolveram por muito tempo o trabalho com a produção das fibras e mulheres que atualmente ainda trabalham na produção da malva especificamente. Sendo um trabalho bastante degradante, principalmente na etapa de desfibrilamento quando é necessário trabalhar por longos períodos dentro d'água, muitas consequências à saúde surgem, as

mulheres são afetadas de forma ainda maior em relação aos outros trabalhadores devido seus aspectos biológicos próprios:

Dá amortecimento nos braço da gente [...] porque eu acho, assim, sobre o frio e na idade que agente já tá, trabalhar, fica cansado, fica uma coisa difícil pra gente mulher, aí vem as consequências da menstruação [...] (ENTREVISTADA 3)

Eu sinto muita dor e eu não garanto mais trabalhar, na barriga, nos meus ossos, olha como está minha mão de ontem, tá puxando [desfibrando], e aí eu não aguentei mais, isso aqui eu digo, meu filho, pega um óleo e faz uma massagem na minha costa que eu não aguento mais. (ENTREVISTADA 2)

Mesmo quando grávidas as trabalhadoras da malva só deixam de participar do processo produtivo já bem próximo do parto: “Eu trabalhava, assim, já perto de ganhar o filho.” (ENTREVISTADA 3). “Até cinco meses ainda trabalhava.” (ENTREVISTADA 2). “Até com seis meses, aí parava, né, que já tava barrigudona.” (ENTREVISTADA 1). Sem esquecer os ricos que elas correm de ataques de animas peçonhentos, entre outros como a sanguessuga:

Agente tem que fazer barulho na água, picando na frente da gente. Eu prefiro enfrentar arraia do que a sangue suga, eu sempre trabalho de bota, calça comprida. (ENTREVISTADA 3)

De arraia eu já fui tiscada, mas só foi mesmo ma lá mar, eu chorei. [...] Eu peguei uma desse tamanho, parece uma folha, essa foi grande essa sanguessuga. (ENTREVISTADA 2)

Ferreira (2009, p.173) reforça:

O momento do desfibrilamento é onde o trabalhador da malva corre alguns perigos e, também, tende a desenvolver algumas doenças que eles definem como reumatismo, gripe, problemas dermatológicos devido à insolação, fungos nas unhas dos pés e das mãos, problemas oftalmológicos e outros. Nessa etapa do processo de trabalho há, também, o risco iminente de ataque de cobras, poraquês, arraias, jacarés, lacraias, formigas, escorpiões e sanguessugas. [...]

O desfibrilamento da malva é realizado pelas mulheres entrevistadas, além delas deterem o conhecimento do processo produtivo, elas executam essas atividades apesar do grande desgaste físico, de suas condições biológicas, dos riscos de picadas e ataques de animais que vivem nas águas. Elas sabem que o trabalho por elas realizado, equivale ao

trabalho que um homem pode realizar, sem o trabalho delas seria necessária à contratação da mão de obra de outro trabalhador. Esse trabalho é árduo, elas relatam:

Para lavar você vai lá puxar toda aquela fibra daquele feixe e amarrar porque ela não pode ficar espalhada senão ela vai atrapalhar, aí tem que fazer o varal para poder jogar essa juta, aí é trabalho né. (ENTREVISTADA 3)

É muito triste agente trabalhar dentro d'água, viver n'água. Tem gente que diz: tu faz trabalho de um homem. E agente faz mesmo. (ENTREVISTADA 2)

A fala a seguir apresenta a ideia do ajudar na esposa ao marido. Mas é preciso destacar que não entendemos essa ajuda como mera realização de atividades complementares ao homem. As mulheres pesquisadas realizaram ou realizam (dependendo de sua situação atual) as mesmas atividades que o homem realiza, isto é, executa todas as etapas do processo de produção e até mesmo comercialização dos produtos, caso haja necessidade. As mulheres trabalham porque é necessário à manutenção da família, criação dos filhos pequenos, obtenção de utensílios para a casa, enfim, para o atendimento de suas necessidades, sobrevivência. Mas não só para isso, trabalham para que os filhos possam ter uma vida melhor do que a delas, anseiam por um futuro em que os filhos não passem as mesmas dificuldades que elas:

Não tinha quem ajudasse ele. Ajudar porque era preciso ajudar e trabalhar para adquirir alguma coisa, né, eu ia ajudar ele. (ENTREVISTADA 1)

Primeiramente que eu quero quando as minha filha crescer é estudar e eu não quero que ela passe pelas dificuldades que eu passei, né, num quero mais que as minha filha vão trabalhar n'água, na juta, como eu já trabalhei, então eu quero o melhor pras minha filha, aprender, estudar e também não fazer filho como eu, minha vontade é que elas estude e seja uma pessoa na vida, é isso que eu quero, né. (ENTREVISTADA 5)

O trabalho da mulher se dá em todos os espaços, elas realizam atividades referentes à reprodução social da família e também àquelas referentes à produção de cultivos que visam a alimentação e geração de valor de troca. No cultivo das fibras, como já dito anteriormente, é grande a presença da mulher, em todas as etapas do processo, contudo, ainda é reduzido o número de pesquisas que focam no trabalho da mulher, quantas e onde estas mulheres estão inseridas nos processos produtivos rurais na região, em especial no Baixo Amazonas. Dessa forma, é necessário ter um novo olhar para as trabalhadoras rurais, em especial aquelas que

trabalham com a juta/malva, que arriscam suas vidas no processo produtivo e obtêm um baixo rendimento e reconhecimento.

Com tudo, notamos a importância do estudo realizado, o quão relevante é dar destaque as mulheres que desenvolvem o trabalho na produção das fibras vegetais, seus anseios, suas percepções, as relações de gênero e trabalho. Elas não realizam apenas uma ajuda aos homens nesse processo, elas são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho com a fibra, seu trabalho precisa ganhar visibilidade. Estas mulheres são literalmente “mulheres de fibra”, suas histórias revelam o quão são batalhadoras e guerreiras.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa realizada se propôs a desvelar sobre as percepções que as mulheres trabalhadoras de juta e malva possuem sobre as relações de gênero e trabalho na comunidade rural Ilha do Valha-me Deus do município de Juruti/PA. Diversas questões nos instigaram a pesquisar qual o olhar e as percepções que as mulheres pesquisadas têm de si mesmas, sobre ser mulher, das relações de gênero e de trabalho e de seu papel na família na comunidade.

Os estudos realizados não possibilitaram identificar o número de mulheres que trabalha na juta/malva na comunidade cuja pesquisa foi realizada. Seriam selecionadas aleatoriamente dez mulheres que aceitassem participar e assinar o termo de consentimento livre esclarecido, porém devido à decorrência da falta de um tempo maior destinado à pesquisa de campo e logística participaram da pesquisa cinco mulheres que desenvolvem ou desenvolveram atividades na produção das fibras vegetais de juta/malva.

Destacamos que não foi possível desvelar todas as percepções que possuem as trabalhadoras rurais da juta/malva, denominadas por nós de mulheres de fibras, uma vez que o maior aprofundamento destas questões demandaria um tempo maior de dedicação à pesquisa. Nesse sentido, outras questões relevantes deste trabalho também seriam passíveis de estudos mais intensos como é o caso da discussão em torno da influência que a religião (católica e/ou evangélica) nas relações de gênero e trabalho das pesquisadas.

Identificamos e perfilamos as condições socioeconômicas e culturais das mulheres pesquisadas, apontamos as relações de trabalho destas no contexto do processo produtivo da juta e malva e observamos a ocorrência de uma divisão sexual do trabalho no âmbito familiar que se estende à produção das fibras na medida em que se tem a dualidade entre atividades consideradas “leves” atribuídas às mulheres e “pesadas” destinadas aos homens. Mas apesar desta divisão as mulheres possuem conhecimento de todas as etapas do processo de produção à comercialização das fibras, mesmo que elas não as desempenhem sempre, caso necessário elas as assumem.

Contudo, percebemos o papel relevante que as mulheres de fibra possuem no processo produtivo destas fibras no âmbito da agricultura familiar. Dessa forma, ressignificar o trabalho por elas desenvolvido, dar-lhes o reconhecimento e a valorização se faz necessário uma vez que o trabalho destas não se resume em ajuda, mas sim em contribuição econômica fundamental na produção rural. Dar viabilidade ao trabalho da mulher é urgente, não somente na agricultura familiar, mas em todos os setores sociais e econômicos, em atividades socioculturais e na sustentabilidade ambiental da Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 97 – 119.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARNEIRO, J.M. Esposa de Agricultor na França. In: **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS, Vol. 4. Nº. 2, 1996.

DURHAM, R. Eunice. **Família e Reprodução Humana**. 1981. São Paulo: Ática.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira. Ano 1897.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Trabalhadores da malva: (re) produção material e simbólica da vida no Baixo rio Solimões** - Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, Amor & Erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agrícolas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 97 – 119.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa no estão do Amazonas: a expansão da juta no médio e baixo Solimões. In: WITKOSKI, Antônio Carlos (org.). **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010, p. 41 – 69.

MENDONÇA, S. M. *et al.* Etnobotânica e Saber Tradicional. In: FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva. In: WITKOSKI, Antônio Carlos (org.). **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010, p. 73 – 139.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderléia L. P. (elaboração). **Gênero, Classe, Projeto Popular: Compreender mais para lutar melhor.** Caderno de formação nº 1. Publicação do MMTR/RS. Nov. 2011.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, Antônio Carlos (org.). **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010, p. 143 – 216.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sonia Alves. Amazônia Brasileira: Gênero e Meio Ambiente. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2011.

SACKS, Karen. **Engels Revisitado: a Mulher, a Organização da Produção e a Propriedade Privada.** In: Rosaldo, Michelle e Caplese, Levisa. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. Família, Gênero e Geração: temas transversais: In: FROT da unidade familiarA, M. H. de P.; OSTERNE, M. do S. (Org.) **Gênero e Representação – uma contribuição para os estudos de representação à luz do conceito de gênero.** Fortaleza: EDUECE, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre. Jul/dez. 1990.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. **Trabalho e ser Social: Uma reflexão da Ontologia de Gyorgy Lukács.** Contradictio. V. 2. N. 1 – 2009.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. 2003. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 185 – 207.

SILVAN, Denison. Protagonismo Feminino no Amazonas. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2011.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mujeres y conocimientos ancestrales em La Amazônia, Brasil. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKY, Antônio Carlos; CASTRO, Albejamere Pereira de. **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Annablume; Manaus: UFA, 2012. p. 313 -336.

SOUSA, Lígia Costa; RODRIGUES, Priscila Freire; NODA, H. **Participação da mulher na sustentabilidade da agricultura familiar na localidade de Jandira, Iranduba, Amazonas**. http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/130.pdf, 2008.

STRAUSS, Levi. **A família**. In: STRAUSS, Levi (et al). A família, origem e evolução. Porto Alegre, 1980.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 235 – 254.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

WITKOSKI, Antônio Carlos (org.). A cultura de juta e/ou malva: sementes de uma nova racionalidade ambiental para a Amazônia? In: _____. **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010, p. 383 – 429.

<http://www.mma.gov.br/component/banners/click/11>. Acesso em: 17/06/2013 - 23:43.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em: 21/06/2013 - 20:10.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA COLETA DE DADOS/INFORMAÇÕES

1. Perfil

- 1.1 sexo
- 1.2 idade
- 1.3 estado civil
- 1.4 local de origem
- 1.5 tempo de residência na comunidade
- 1.6 escolaridade
- 1.7 religião

2. Composição Familiar

3. Atividades produtivas

4. Tipos de cultivo/época

5. Renda

6. Programas sociais

7. Gênero

- 7.1 O que para você é Ser Mulher?
- 7.2 Como lhe foi ensinado e quem lhe ensinou como deveria Ser Mulher?

8. Família

- 8.1 Para você, qual a importância da mulher na família?

9. Trabalho

- 9.1 Quais são as atividades que realiza cotidianamente?
- 9.2 Existe divisão de trabalho entre homem e mulher em sua casa?
- 9.3 Qual a sua participação no processo produtivo da juta/malva?
- 9.4 Como foi o processo de início da produção das fibras em sua família, seus pais trabalhavam nessa produção?
- 9.5 Como e quando você iniciou a trabalhar na produção das fibras?

10. Situação saúde/doença

- 10.1 Como você avalia seu estado de saúde/doença nos cultivos em geral, em especial, nas fibras?
- 10.2 Você já ficou sabendo que alguma mulher que adoeceu nos cultivos da malva?
- 10.3 Como vocês fazem quando estão menstruadas ou grávidas no período da colheita?
- 10.4 Você vai ao ginecologista? Com que frequência?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar do Projeto de Pesquisa intitulado “**Mulheres de Fibra: um estudo sobre as percepções das trabalhadoras rurais da juta e malva sobre as relações de gênero e trabalho**”, que será realizado por meio do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM de Parintins. A pesquisa tem como objetivo principal: identificar e analisar as percepções, os olhares, que as mulheres trabalhadoras de juta e malva possuem sobre as relações de gênero e trabalho. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se como uma pesquisa social que buscará nos livros e textos melhor entendimento sobre o tema da pesquisa; em um segundo momento será realizada a pesquisa de campo onde serão realizadas entrevistas, observação do cotidiano e do trabalho das mulheres, e anotações nos diários de campo para melhor coleta de dados. Desta forma coletaremos dados objetivos e subjetivos sobre as relações de gênero e trabalho no processo produtivo da juta e malva. As entrevistas serão gravadas, pois é preciso garantir total fidelidade da fala dos sujeitos da pesquisa. As gravações serão arquivadas em CD e ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, para futuras consultas ou dúvidas dos envolvidos da pesquisa. Os participantes deste estudo serão pessoas voluntárias, por isso não haverá compensação financeira por sua colaboração, além disso, você não precisará dispor de nenhuma despesa pessoal. Dessa forma, a sua participação não é obrigatória, e a qualquer momento você poderá desistir. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo da sua participação. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Esta pesquisa será desenvolvida de forma a minimizar todo e qualquer risco aos sujeitos da pesquisa. Terá como proposta de benefício oferecer dados e informações para o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres que desenvolvem atividades laborativas na juta e malva. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato pelo telefone (92) 3533-2251/3533-3731 (ICSEZ/UFAM) no endereço Estrada Macurany, 1805, CEP 69.151-000, Parintins/Am. Este termo consta de duas vias que será assinada pela pesquisadora e pelo sujeito da pesquisa, o qual ficará com uma via após assinar e consentir na participação. Este termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador responsável e do Comitê de Ética de Pesquisa da UFAM e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos propostos e do quanto minha participação e colaboração são importantes na pesquisa. Por isso, eu concordo em participar do projeto.

Parintins,..... de..... de 2013

.....

Assinatura do Participante



.....

Assinatura do Pesquisador

Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Pesquisador Responsável: Prof^a MSc. Sandra Helena da Silva.

Acadêmico Colaborador: Mayara Viana de Lima

Telefone: (92) 9180-6088 / (92) 9259-2758

Endereço: Rua Pecuarista Osmar Faria s/n Jacareacanga - Parintins

E-mail: sandrahsf@gmail.com

CEP/UFAM

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA

Parintins, 09 de abril de 2012

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Geziel Figueiredo Bruce RG.:
nº 1878 990-0, **Presidente da Comunidade**

Ilha do Valha-me-Deus, declaro para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: **“Mulheres de fibra: um estudo sobre as percepções das trabalhadoras rurais da juta e malva sobre as relações de gênero e trabalho”**. A referida pesquisa estará sob a responsabilidade das pesquisadoras Profa. MSc. Sandra Helena da Silva e da acadêmica Mayara Viana de Lima, ambas do colegiado de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, a qual terá apoio desta instituição.

x. *Geziel Figueiredo Bruce*

APÊNDICE D - PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Fundação Universidade do Amazonas - FUA

PROJETO DE PESQUISA

Título: Mulheres de Fibra: um estudo sobre as percepções das trabalhadoras rurais da juta e malva
Área Temática: sobre as relações de gênero e trabalho

Pesquisador: Sandra Helena da Silva

Versão: 2

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

CAAE: 02317112.1.0000.5020

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto deve ser encaminhado ao pesquisador para ajustes e nova submissão.

MANAUS, 31 de Maio de 2012

Assinado por:

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva